

A G E N D A

DA POLÍTICA EXTERNA DOS EUA

VOLUME 9

REVISTA ELETRÔNICA DO DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA

NÚMERO 1



PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VIDAS

PROGRAMA DOS EUA PARA

REMOÇÃO DE MINAS TERRESTRES

Janeiro de 2004

LUTA PARA PÔR FIM A ESSA TRAGÉDIA



Por todo o globo, do Afeganistão à Zâmbia, o governo dos Estados Unidos e de vários outros países, bem como organizações privadas e as Nações Unidas, prestam assistência generosa com ação humanitária a muitos dos mais de 60 países afetados por minas terrestres persistentes. Graças a seus esforços na última década, o número de mortes registradas em todo o mundo diminuiu da estimativa geralmente aceita de 26 mil por ano ao longo de 2000 para menos da metade em 2002. Milhares de quilômetros quadrados foram limpos metro a metro, e muitos milhares de sobreviventes de acidentes com minas terrestres agora estão usando próteses.

Entretanto, a verdade é que ainda existem milhões de minas persistentes letais remanescentes de conflitos passados à espera para matar e mutilar. Homens, mulheres e crianças de muitos países ainda não podem desempenhar suas atividades diárias sem correr risco de vida ou de perda de membro. O índice de mortes continua sendo terrível, e centenas de milhares de sobreviventes de acidentes com minas ainda precisam de ajuda.

Envolvendo a sociedade civil e o setor privado para reforçar as iniciativas oficiais dos Estados Unidos e de outras nações doadoras por meio da criação de parcerias para ações contra minas, podemos fazer diferença ainda maior na vida das pessoas em todo o mundo. Podemos ajudar os pais a deixar que os filhos saiam para brincar sem medo de que não voltem para casa.

Podemos ajudar os aldeões a pôr comida na mesa, recuperando seus campos para a agricultura. Podemos ajudar os sobreviventes de acidentes com minas terrestres a integrar-se por completo em suas comunidades. Podemos ajudar a desenvolver novas tecnologias para tornar a desminagem mais eficaz e menos perigosa. Podemos ensinar as pessoas em situação de risco a se proteger e a proteger suas famílias.

Podemos ajudar a recuperar vidas destroçadas e sociedades dilaceradas.

Em resumo, podemos ajudar a criar um ambiente seguro e estável em que prosperem a liberdade e as oportunidades.

É um prazer apresentar esta edição da Agenda da Política Externa dos EUA, que mostra os desafios das ações globais antiminas e destaca o extenso histórico de cooperação, busca de consenso e liderança dos Estados Unidos no esforço internacional para pôr fim à tragédia das minas terrestres.

Colin L. Powell
Secretário de Estado
Janeiro de 2004

A G E N D A

DA POLÍTICA EXTERNA DOS EUA

Revista Eletrônica do Departamento de Estado dos EUA
<http://usinfo.state.gov/journals/journals.htm>

PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VIDAS: PROGRAMA DOS EUA PARA REMOÇÃO DE MINAS TERRESTRES

ÍNDICE

● ENFOQUE

AÇÃO HUMANITÁRIA DOS EUA CONTRA MINAS: POR UM MUNDO MAIS SEGURO 5

Lincoln P. Bloomfield, Jr.

Representante especial do presidente Bush e do secretário de Estado, Collin Powell, para Ação contra Minas e secretário de Estado adjunto para Assuntos Político-Militares

FUNDO LEAHY PARA VÍTIMAS DE GUERRA – UMA PARTE FUNDAMENTAL DA AJUDA HUMANITÁRIA DOS EUA 9

*Senador norte-americano Patrick J. Leahy
Democrata de Vermont*

A EPIDEMIOLOGIA APLICADA ÀS AÇÕES CONTRA MINAS TERRESTRES 12

Mark Anderson, MD, MPH e Michael Lipton Gerber, MPH

Agência de Emergência Internacional e Saúde de Refugiados, Divisão de Emergência e Ciências da Saúde Ambiental, Centro Nacional de Saúde Ambiental, Centros de Controle e Prevenção de Doenças

DEPARTAMENTO DE DEFESA DOS EUA: COMPARTILHAMENTO DE TREINAMENTO E TECNOLOGIA COM A COMUNIDADE INTERNACIONAL 15

Compilado a partir de relatórios do Departamento de Defesa

● COMENTÁRIOS

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS SÃO ESSENCIAIS NA AJUDA AOS SOBREVIVENTES DE MINAS TERRESTRES 17

Kenneth R. Rutherford

Professor da Universidade Estadual Southwest Missouri e co-fundador da Rede de Sobreviventes de Minas Terrestres

MITOS E VERDADES SOBRE A DESMINAGEM 21

Colin King

Presidente da Colin King Associates e editor da publicação Jane's Mines and Mine Clearance

● RELATÓRIOS DE PAÍSES

AFEGANISTÃO: UM MODELO DE AÇÃO CONTRA MINAS TERRESTRES 26

Hayden Roberts

Escritório de Remoção e Redução de Armas, Escritório de Assuntos Políticos e Militares, Departamento de Estado dos EUA

CAMBOJA: REDUÇÃO DE INCIDENTES, RETORNO DA TERRA AO USO PRODUTIVO 29

● **INFORMATIVO**

SERVIÇO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AÇÕES CONTRA MINAS

33

● **GUIA DE LEITURA ADICIONAL**

BIBLIOGRAFIA

35

Indicação de outras opiniões

SITES PRINCIPAIS NA INTERNET

37

Links para recursos sobre temas relacionados

As fotografias da capa são cortesia da publicação *Journal of Mine Action* do Centro de Informação sobre Ações contra Minas da Universidade James Madison, em Harrisonburg, Virgínia.

A G E N D A DA POLÍTICA EXTERNA DOS EUA

REVISTA ELETRÔNICA DO DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA

VOLUME 9 • NÚMERO 1 • JANEIRO DE 2004

O Escritório de Programas Internacionais de Informação do Departamento de Estado dos EUA fornece produtos e serviços que explicam as políticas, a sociedade e os valores norte-americanos ao público estrangeiro. O Escritório divulga e publica cinco revistas eletrônicas que tratam das principais questões enfrentadas pelos Estados Unidos e pela comunidade internacional. As revistas - Perspectivas Econômicas, Questões Globais, Questões de Democracia, Agenda da Política Externa dos EUA e Sociedade e Valores dos EUA - apresentam declarações sobre políticas norte-americanas, bem como análises, comentários e informações de caráter geral sobre suas áreas temáticas.

Todas as edições das revistas aparecem em inglês, francês, português e espanhol, e algumas delas também são traduzidas para o árabe e russo. Uma nova edição em inglês é publicada aproximadamente a cada mês. Em geral, as versões traduzidas são colocadas on-line duas a quatro semanas após seu original em inglês.

As opiniões expressas nas revistas não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos Estados Unidos. O Departamento de Estado dos EUA não assume nenhuma responsabilidade pelo conteúdo nem pela continuidade do acesso aos sites da Internet para os quais há links nesta revista; tal responsabilidade é única e exclusivamente das entidades que publicam esses sites. Os artigos podem ser reproduzidos e traduzidos fora dos Estados Unidos, a menos que contenham restrições de direitos autorais explícitas a tal uso. Os usuários potenciais das fotos com créditos precisam obter autorização prévia de uso com a fonte citada.

Números atuais ou atrasados das revistas, assim como a relação das próximas edições, podem ser encontrados na home page internacional do Escritório de Programas Internacionais de Informação, no seguinte endereço da World Wide Web: "http://usinfo.state.gov/journals/journals.htm". As publicações estão disponíveis em vários formatos eletrônicos para facilitar a visualização on-line, transferência, download e impressão.

Comentários são bem-vindos na Embaixada dos Estados Unidos no seu país ou nos escritórios editoriais:

*Editor, U.S. Foreign Policy Agenda
Political Security - IIP/T/PS*

*U.S. Department of State
301 4th Street, S.W.*

Washington, D.C. 20547

United States of America E-mail: ejforpol@state.gov

Esta edição da AGENDA DA POLÍTICA EXTERNA DOS EUA pode ser encontrada na home page internacional do Escritório de Programas Internacionais de Informação no seguinte endereço da World Wide Web: "http://usinfo.state.gov/journals/itps/0104/ijpp/ijpp0104.htm".

EDITOR.....	Merle D. Kellerhals, Jr.
EDITORA SÊNIOR.....	Margaret A. McKay
EDITORES COLABORADORES.....	Brenda T. Butler
.....	David A. Denny
.....	Amy R. Grier
.....	Leslie A. Hunter
.....	Rebecca Ford Mitchell
.....	Jody Rose Platt
.....	Jacqui Porth
.....	Jeremy Prout
.....	LaTonya Rich
.....	Jay Richter
.....	Christopher Siefken
ESPECIALISTAS EM REFERÊNCIAS.....	Samuel M. Anderson
.....	Camille E. Lyon
.....	Vivian R. Stahl
.....	Liliana Vivanco
COORDENADOR DE PROGRAMA.....	Tracy R. Nelson
DIRETORA DE ARTE.....	Min Yao
EDITORIA-CHEFE.....	Judith S. Siegel
EDITOR EXECUTIVO.....	Guy E. Olson
GERENTE DE PRODUÇÃO.....	Christian Larson
ASSISTENTE DE GERENTE DE PRODUÇÃO.....	Sylvia Scott
REVISORA DE PORTUGUÊS.....	Marília Araújo
CONSELHO EDITORIAL.....	George Clack
.....	Kathleen R. Davis
.....	Francis B. Ward



ACÇÃO HUMANITÁRIA DOS EUA CONTRA MINAS: POR UM MUNDO MAIS SEGURO

Lincoln P. Bloomfield, Jr.

Representante especial do Presidente Bush e do secretário de Estado, Colin Powell, para Acção contra Minas e secretário de Estado adjunto para Assuntos Político-Militares



Os Estados Unidos ocupam a liderança mundial de acção humanitária contra minas, tendo contribuído com mais da metade do US\$ 1,7 bilhão investido em todo o mundo para minorar os efeitos das minas terrestres persistentes desde 1993. Os departamentos de Estado, Defesa e Educação dos EUA, a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e os Centros Norte-Americanos para Controle e Prevenção de Doenças administram programas importantes de acção contra minas que funcionam de maneira integrada, como o Programa de Acção Humanitária dos EUA contra Minas, afirma Bloomfield. Uma acção contra minas personifica os principais valores norte-americanos - respeito pela vida, preocupação com o sofrimento humano e apoio à independência e auto-suficiência económicas.

As minas terrestres persistentes, as seqüelas de guerras passadas, insurreições e reinos de terror internos matam ou mutilam milhares de pessoas a cada ano em um número indeterminado de países por todo o mundo. Um número incalculável de minas terrestres persistentes (ou "burras") que, segundo as estimativas, atinge a casa dos milhões, assola regiões dos diferentes hemisférios. As minas terrestres e artefatos não detonados (ANDs) destroem a prestação de ajuda humanitária, a agricultura, o comércio, a educação e o desenvolvimento social. Esses explosivos restos de guerra consomem os poucos recursos da saúde pública e impedem a reconstrução e recuperação económica pós-conflito das áreas empobrecidas que mais precisam de ajuda. A contaminação por meio de minas terrestres é um desastre humanitário que perpetua a pobreza, o desespero e a instabilidade regional.

A acção humanitária contra minas (HMA) é o termo usado para englobar o processo de detecção e limpeza de minas terrestres; capacitação em controle de riscos; assistência aos sobreviventes de minas terrestres; e pesquisa e desenvolvimento de novas técnicas

e tecnologias de limpeza. Se considerarmos apenas a partir de 1993, quando os Estados Unidos criaram seu programa interagências de acção contra minas para formalizar seus esforços de desminagem iniciados em 1988, o governo norte-americano investiu mais de US\$ 700 milhões de dólares nessa acção. As minas terrestres que são limpas por meio deste programa foram quase totalmente fabricadas e instaladas por outros governos ou regimes, alguns dos quais não existem mais, e por atores não estatais, ou seja, grupos guerrilheiros, civis envolvidos em lutas intercomunitárias, bandidos e terroristas.

A acção humanitária contra minas é uma questão bipartidária que tem contado com apoio amplo e crescente tanto dos republicanos como dos democratas no Congresso dos EUA. O governo Clinton lançou o primeiro Programa de Desminagem Humanitária formal, e o governo Bush fortaleceu-o ainda mais. A acção contra minas personifica os principais valores norte-americanos - respeito pela vida, preocupação com o sofrimento humano, apoio à independência e auto-suficiência económicas e preocupação com os animais selvagens e domésticos.

LIDERANÇA DOS EUA MANTÉM O RUMO

Os primeiros programas de limpeza de minas foram criados no final dos anos 1980 e início dos anos 1990 no Afeganistão e Camboja. Esses programas, financiados em grande parte pelo governo dos EUA, lançou as bases de um movimento mundial que galvanizou a atenção da comunidade internacional e mobilizou recursos financeiros significativos para tratar dos infortúnios provocados pelo uso indiscriminado de minas terrestres persistentes. Atualmente, os programas dos EUA são administrados em conjunto com organizações multinacionais e intergovernamentais para estimular a capacidade de ação da população local contra minas de modo que os países afetados por tais artefatos possam manter seus próprios programas.

Os Estados Unidos foram um dos primeiros legisladores do primeiro tratado internacional de minas terrestres, o Protocolo de Minas Emendado à Convenção sobre Certas Armas Convencionais, que tanto controla o uso de minas antipessoal como o de minas antiveículo, artefatos explosivos improvisados e armadilhas de minas. Por sua vez, a Convenção de Ottawa sobre a questão da proscrição de minas terrestres trata apenas de minas antipessoal e não diz absolutamente nada sobre esses outros dispositivos. Os Estados Unidos ajudaram a redigir a Emenda no início dos anos 1980; ela entrou em vigor em 1998 e foi ratificada pelos Estados Unidos em maio de 1999.

Outros fatos importantes que marcaram os esforços dos Estados Unidos para garantir o não-agravamento do problema global das minas terrestres são mostrados a seguir:

1992 - Proibição unilateral da exportação de suas minas terrestres antipessoal.

1996 - Início da remoção unilateral de suas minas terrestres do perímetro da Base Naval dos EUA em Guantánamo, Cuba, o último campo minado permanente controlado pelos EUA no mundo. A limpeza terminou em 1999 e a verificação de garantia de qualidade em 2000.

1997 - Indicação de um alto funcionário do governo dos EUA como Representante Especial do Presidente para Ação contra Minas e estabelecimento de escritórios no Departamento de Estado para tratar dos programas e parcerias da referida ação.

1998 - Completada a destruição unilateral de 3,3 milhões de minas que não se autodestroem, conservando apenas o necessário para treinamento, pesquisa e desenvolvimento, e para a defesa da Coreia do Sul. A maior parte das minas terrestres do arsenal dos EUA é do tipo que se autodestrói/se desativa e não provoca os sofrimentos e problemas de longo prazo apresentados pelas minas persistentes mesmo décadas depois de sua colocação.

2001 - Criação da primeira Força de Desativação de Minas de Reação Rápida para fortalecer os acordos de cessar-fogo e de paz em todo o mundo e para apressar o retorno de pessoas deslocadas internamente e refugiados e o movimento que congrega os esforços de assistência a vítimas.

MENSURAÇÃO DE EFICIÊNCIA

Os esforços internacionais deram um grande impulso aos programas de ação contra minas. Até agora:

- Milhares de quilômetros quadrados de terra foram limpos em praticamente 60 países.
- O número de vítimas de minas terrestres a cada ano, avaliado em 26.000 anualmente, caiu em mais da metade.
- Todo ano a partir de 2000, segundo notícias, foi maior a quantidade de minas removidas em comparação com as que foram colocadas.
- Uma ampla gama de tecnologias e métodos de desminagem foi disponibilizada, inclusive veículos para limpar a vegetação resistente a minas, equipamentos de proteção pessoal aperfeiçoados, cães treinados na detecção de minas e pessoas treinadas no manuseio de explosivos, produzindo aumentos substanciais de produtividade e segurança.

- Um conjunto completo de normas e protocolos internacionais foi criado para tratar de todos os aspectos da ação humanitária contra minas, aumentando ainda mais a efetividade e produtividade de tal ação.

Nos primeiros programas de desminagem, o sucesso era mensurado de acordo com o número de minas limpas, mas isso não avalia de forma satisfatória até que ponto os programas de limpeza de minas fornecem acesso público à terra ou à infra-estrutura. De forma semelhante, o simples fato de contar quantas pessoas freqüentam um curso de capacitação em controle de riscos não é garantia suficiente de que o curso conseguiu mudar efetivamente os comportamentos de risco.

Devemos atuar de forma que todos os esforços sejam direcionados para a criação de produtos sociais e econômicos específicos, como o aumento da produção de alimentos, recuperação de estradas, redução do número de vítimas e melhoria dos níveis de vida. O cansaço dos doadores é uma preocupação real em um mundo repleto de demandas concorrentes. Assim, os funcionários envolvidos na remoção de minas devem adotar padrões de desempenho os mais convincentes possíveis para atrair recursos que garantam os seus esforços.

Os programas de ação humanitária contra minas devem centralizar os seus esforços naqueles lugares mais necessitados e buscar o equilíbrio entre risco e recursos para determinar a melhor forma de utilização das verbas disponíveis. Os planos de programas devem delinear um "estado final" pretendido para a prestação de assistência internacional, identificando os meios de assegurar que as ameaças mais sérias feitas a um país sejam afastadas imediatamente e que as necessidades menos urgentes sejam abordadas mais tarde. Por exemplo, os resultados de pesquisas recentes sobre o impacto de minas no Chade e Iêmen indicaram claramente que as terras com maior risco de mortes e de prejuízo econômico naqueles casos compreendiam uma pequena fração da área total contaminada.

Os próprios países afetados devem transformar a ação contra minas em prioridade nacional e torná-la parte integrante de seus programas de desenvolvimento. Os EUA procuram concentrar os seus esforços na capacitação de países para que possam realizar os seus próprios programas de desminagem e permitir, assim, que a ajuda possa ser transferida gradualmente para outros países afetados por problemas semelhantes. Os governos receptores devem assumir a responsabilidade pela alocação de recursos nacionais para a ação contra minas e pelo gerenciamento dos programas. Onde os recursos são escassos e cada vez mais limitados, os países se vêem obrigados a tomar decisões difíceis sobre as prioridades a serem adotadas para solucionar os problemas das minas.

AMPLIAÇÃO DA VISÃO

A devastação ambiental resultante da contaminação em alta escala por minas e ANDs agrava os problemas ocasionados pela fome, pobreza e privação econômica. Soldados desmobilizados e milícias mal disciplinadas com grandes quantidades de armas pequenas e outros armamentos leves minam a estabilidade e o Estado de Direito. A comunidade global deve colaborar na busca de uma solução para esses problemas.

Os esforços de ação humanitária contra minas devem ser ampliados de forma a oferecer uma resposta abrangente capaz de curar as feridas de guerra e criar oportunidades econômicas. As comunidades cujos habitantes podem cultivar os próprios alimentos e transportar seus produtos para o mercado, cujos jovens podem ter oportunidades outras que não seja o alistamento, e cujas crianças podem caminhar para a escola em segurança, são fundamentais para o estabelecimento de sociedades estáveis.

A ação humanitária contra minas não é um fim em si mesmo: a medida do seu sucesso significa reconstrução, reconciliação e desenvolvimento. Para estar à altura, os países atingidos devem desenvolver a capacidade de gerenciar e implementar programas de

desminagem auto-sustentáveis. Isso significa, em parte, reduzir o número de expatriados envolvidos no trabalho de remoção de minas e aumentar a participação de trabalhadores locais no processo.

COLABORAÇÃO É A CHAVE

Viver em um mundo livre de minas terrestres e de outros explosivos restos de guerra exige algo mais do que dinheiro. Toda a comunidade engajada na ação contra minas deve trabalhar em conjunto para assegurar que nossos esforços coletivos sejam complementares e nossos objetivos compatíveis. As iniciativas com recursos cooperativos, como o Fundo Internacional para Desminagem e Assistência às Vítimas de Minas (ITF) com sede na Eslovênia, cujo mandato abrange os Bálcãs e o Cáucaso, oferecem um modelo para reunir recursos. Ao estabelecer um sistema de subsídios equivalentes, os Estados Unidos e 29 outros doadores captaram mais de US\$ 100 milhões para apoiar a ação regional contra minas. Os Estados Unidos também trabalham estreitamente com a União Européia para coordenar tanto o gerenciamento da informação como nossos sistemas geográficos de informação (GIS) e pesquisas de impacto.

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Os custos de remoção de milhões de minas terrestres em todo o mundo são enormes, como também são os custos para assistência aos casos de trauma, reabilitação, próteses e outras formas de apoio aos sobreviventes de minas terrestres, além de ajuda ao desenvolvimento de economias locais, regionais e nacionais destruídas pela guerra. Os governos sozinhos não possuem recursos suficientes para atender essas necessidades. Cidadãos, associações cívicas e religiosas, organizações não-governamentais, entidades filantrópicas e corporações devem ocupar e desempenham realmente um papel fundamental na ação humanitária contra minas.

O Departamento de Estado dos EUA iniciaram seu programa de Parceria Público-Privada de Ação contra Minas em 1999. Até agora, como resultado desse esforço, mais de 40 parcerias participam do trabalho difícil, embora necessário, de limpeza de minas, ensinando as populações em situação de risco a evitar áreas minadas e comportamento incauto com artefatos explosivos e ajudando os sobreviventes a recuperar sua dignidade e independência. Os contribuintes privados e as organizações sem fins lucrativos que apóiam a ação humanitária contra minas continuam a fazer contribuições significativas para a causa e sem dúvida merecem crédito por tudo o que tem sido feito até agora.

O CAMINHO DO FUTURO

Encontra-se em curso uma revisão abrangente da política do governo dos EUA para minas terrestres. Uma ampla gama de cidadãos e organizações não-governamentais presta sua contribuição ao processo deliberativo interagências, o qual tentará buscar o equilíbrio entre preocupações humanitárias e as responsabilidades únicas de segurança de nosso país.

A comunidade global tem aprendido muitas lições desde o começo da ação humanitária contra minas há pouco mais de uma década. Os governos das nações doadoras e daquelas afetadas por minas, organizações internacionais e o setor privado criaram uma rede internacional inigualável para enfrentar o problema. Ao trabalhar em conjunto, temos a possibilidade de livrar o mundo dos efeitos das minas terrestres e artefatos não detonados, e trazer de volta a paz, a estabilidade e a segurança para sociedades devastadas pela guerra. 

FUNDO LEAHY PARA VITÍMAS DE GUERRA UMA PARTE FUNDAMENTAL DA AJUDA HUMANITÁRIA DOS EUA

*Senador Patrick J. Leahy
Democrata de Vermont*



O Fundo Leahy para Vítimas de Guerra foi criado em 1989 para atender às necessidades das vítimas inocentes de conflitos nos países em desenvolvimento. Administrado pela Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), o Fundo contribui com US\$ 10 milhões anualmente para programas de assistência às pessoas com deficiências resultantes de conflitos civis e guerra, diz o senador Patrick J. Leahy, que liderou os esforços para a criação do Fundo. A maioria dos recursos tem sido usada para fornecer, de forma viável, membros artificiais adequados, bem como a devida assistência médica, vocacional e tratamento de reabilitação às vítimas de minas terrestres e outros artefatos não detonados (ANDs).

Anos atrás, quando minha esposa, Marcelle, e eu começamos a visitar países em desenvolvimento, testemunhamos os estragos decorrentes de conflitos em populações civis. As ruas de Phnom Penh, Manágua, Cabul e muitas outras cidades estavam apinhadas de deficientes físicos civis, muitos deles crianças, implorando ajuda. Percebemos rapidamente que muitas dessas pessoas eram vítimas inocentes de guerra - camponeses e estudantes - que haviam sido mutiladas por minas terrestres e outros artefatos não detonados (ANDs). Essas vítimas insuspeitas não estavam apenas desfiguradas e condenadas ao ostracismo por suas comunidades - elas muitas vezes não tinham meios para obtenção de renda e eram forçadas a ficar nas ruas.

O Fundo Leahy para Vítimas de Guerra foi criado em 1989 para atender às necessidades dessas vítimas inocentes de conflitos nos países em desenvolvimento. Administrado pela Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), o Fundo hoje fornece US\$ 10 milhões anualmente para programas de assistência às pessoas com deficiências resultantes de conflitos civis e guerra. A maior parte dos recursos foi usada para fornecer, de forma viável, membros artificiais adequados, bem como assistência médica, vocacional e tratamento de reabilitação

às vítimas de minas terrestres e outros artefatos não detonados (ANDs). O Fundo está sendo usado também para ajudar pessoas que sofreram com as conseqüências indiretas dos conflitos, como a poliomielite, resultado da interrupção das campanhas de vacinação.

Quando propus a criação do Fundo pela primeira vez, o Departamento de Estado e a USAID se mostraram, francamente, sem entusiasmo. Disseram que ajuda às vítimas de guerra não era uma prioridade da política externa. Nem era um "objetivo estratégico". As vítimas de guerra não necessitavam ter seu próprio fundo; elas iriam, como as outras pessoas, se beneficiar de nossos outros programas de saúde e desenvolvimento econômico. Mas o que eu tinha visto me convenceu de que havia uma necessidade premente e uma oportunidade para uma resposta direta e mais substancial.

Éramos uma estrutura pequena nos primeiros anos do programa, e aprendemos bastante. Por exemplo, descobrimos que o treinamento de pessoas locais, muitas delas deficientes, era essencial. Também descobrimos que capacitando os pacientes amputados a andar ou usar cadeiras de rodas era simplesmente um primeiro passo. Descobrimos também os inúmeros obstáculos para a recuperação, enfrentados por essas pessoas ao tentar

reconstruírem sua vida. Há naturalmente a recuperação física, mas essas pessoas também enfrentam adaptações sociais e psicológicas, falta de qualificação para emprego e discriminação no local de trabalho.

Defesa de direitos, legislação e reforma política, conquistadas por e para pessoas com deficiência física, são tão necessárias para a inclusão social e econômica dessas pessoas quanto os seus membros artificiais. A USAID conta com pessoas excepcionalmente capazes e comprometidas com a administração do Fundo, que consultam rigorosamente o Congresso sobre sua implementação. Desde sua fundação, mais de US\$ 112 milhões foram desembolsados por meio das 19 organizações não-governamentais (ONGs) em 28 países na América Central, África Subsaariana, Oriente Médio e Sul e Sudeste da Ásia.

Um dos momentos de que mais me orgulho foi quando o presidente George H.W. Bush concordou em usar o Fundo Leahy no Vietnã, a primeira assistência concedida pelos EUA ao povo vietnamita desde a guerra. O Fundo no Vietnã fez mais do que melhorar a vida das pessoas; permitiu que dois ex-inimigos trabalhassem juntos para recuperar a confiança. Com seus objetivos puramente humanitários, o Fundo forneceu um mecanismo neutro, abrindo as portas para conversações em uma ampla gama de assuntos, as quais por fim levaram à retomada das relações diplomáticas formais. Mais recentemente, o Fundo foi usado no Vietnã para apoiar os esforços que culminaram com a aprovação de duas leis nacionais relativas aos deficientes e ao estabelecimento de códigos para projetos de edificação e normas de construção para assegurar o acesso de pessoas com deficiências.

Com o passar do tempo, o Fundo sofreu adaptações para fornecer apoio a uma série de intervenções, inclusive melhoria de serviços médicos e cirúrgicos, desenvolvimento e aplicação de leis e políticas relativas aos deficientes, promoção de parcerias entre ONGs e governos e expansão das oportunidades econômicas e de emprego.

Cada país apresenta diferentes desafios e oportunidades. No Laos, por exemplo, um país empobrecido com uma ampla gama de problemas relacionados aos ANDs, o Fundo se concentrou nas necessidades cirúrgicas, médicas e de reabilitação de vítimas por danos traumáticos em áreas rurais isoladas. No Líbano, o Fundo apóia uma cooperativa de vítimas de minas terrestres no desenvolvimento de mercados para produtos agrícolas locais. Em Serra Leoa, o Fundo tem sido usado para fornecer membros artificiais e aconselhamento ocupacional e psicológico para crianças e adultos mutilados na guerra civil.

Entre os vários desafios que ainda permanecem, garantir a sustentabilidade dos programas talvez seja o mais significativo. Infelizmente, em países que enfrentam agora uma fase pós-conflito - na verdade, a maioria dos países em desenvolvimento - o atendimento das necessidades de pessoas com deficiência não é prioridade do governo. As autoridades governamentais quase sempre desejam administrar esses programas, mas raramente têm os recursos ou as habilidades para fazê-lo com eficácia. Há exemplos de programas apoiados pelo Fundo que sofreram acentuada perda de qualidade depois que o seu controle foi transferido de uma ONG para o governo. Os exemplos de sustentabilidade de maior sucesso ocorreram quando os programas do Fundo foram integrados às estruturas de saúde já existentes, utilizando parcerias com o setor privado, com profissionais de apoio adequadamente treinados e supervisionados, sensíveis às necessidades de pessoas com deficiências.

O Fundo Leahy, sendo usado predominante para ajudar vítimas de minas terrestres, é parte dos esforços mais amplos de ação contra minas do governo dos EUA. A assistência às vítimas de minas terrestres é um dos três pilares que sustentam o Fundo - os outros são desminagem humanitária e proibição da produção, exportação e uso de minas. O apoio aos três pilares é essencial, particularmente da maior superpotência mundial, para a solução desse problema global.

Apesar da não-participação dos Estados Unidos na Convenção mundial de Ottawa, que baniu as minas antipessoal, somos o maior contribuinte mundial para a desminagem humanitária. O Departamento de Estado planeja gastar US\$ 50 milhões no ano fiscal de 2004, sem contar as quantias gastas na limpeza de milhões de minas não detonadas e outros ANDs que cobrem o Afeganistão e o Iraque. Esses esforços, que são custosos, perigosos e exigem muito tempo, irão prevenir mortes e ferimentos que deixam inválidos milhares de inocentes.

Meu objetivo é um dia poder dizer que o Fundo Leahy para Vítimas de Guerra deixou de ser necessário. Porém, apesar dos esforços dos Estados Unidos e de outros países em

descobrir e destruir minas terrestres antes que sejam detonadas por crianças inocentes, essas armas insidiosas, e uma porção de bombas de fragmentação não detonadas semelhantes aos ANDs, irão mutilar e matar de forma indiscriminada em um futuro próximo. Por essa razão, o Fundo continuará a ter seu papel na política externa dos EUA - não porque se enquadra necessariamente em algum objetivo estratégico, nem porque faz necessariamente avançar alguns outros objetivos da política externa (apesar de fazer isso com frequência). O Fundo continuará a ser importante porque é a coisa mais certa e humana para o país mais rico e mais poderoso do mundo fazer. 🌍

A EPIDEMIOLOGIA APLICADA ÀS AÇÕES CONTRA MINAS TERRESTRES

Mark Anderson, MD, MPH e Michael Lipton Gerber, MPH

Centro Nacional de Saúde Ambiental, Centros de Controle e Prevenção de Doenças

Ao adotarem algumas medidas utilizadas pelos epidemiologistas para estudar os problemas sanitários das comunidades, as autoridades responsáveis pelas ações contra as minas terrestres estão obtendo novos subsídios para avaliar os efeitos diretos e indiretos das minas e dos artefatos não detonados na saúde pública. Entretanto, muita coisa ainda se desconhece. Os autores, dois epidemiologistas norte-americanos, defendem que é necessário ampliar o trabalho de vigilância e aperfeiçoar os sistemas de coleta de dados.

O impacto das minas terrestres e dos artefatos não detonados (ANDs) na saúde das populações civis está bem documentado. As minas e os ANDs causam morte, lesões e deficiência física, mas há também efeitos indiretos na saúde pública. Em áreas com grande quantidade de minas e ANDs, os efeitos indiretos na saúde podem incluir danos psicológicos permanentes, deslocamento populacional e acesso restrito à água potável e a terras agriculturáveis, fatores que podem aumentar o risco de transmissão de doenças e de desnutrição. Além disso, as minas e os ANDs podem causar grande ônus financeiro às famílias, às instituições de saúde e às comunidades.

Ainda temos muito que aprender sobre o impacto das minas e ANDs nas condições de saúde das populações de áreas conflagradas. Por exemplo, não sabemos com precisão o número anual de mortos e feridos, desconhecemos que comportamentos e características impõem riscos de lesões físicas ou morte às pessoas e não podemos dizer se ações preventivas, como educar para os riscos, são eficientes.

Conseguimos começar a encontrar respostas para essas questões com a introdução de alguns princípios da epidemiologia aplicada, a base científica da prática de saúde pública, ao campo das ações contra as minas. Ao aplicar a epidemiologia básica, a comunidade da saúde pública criou uma abordagem bem-sucedida

para a prevenção de outros problemas sanitários relacionados com danos físicos, como o suicídio e os acidentes de trânsito. A utilização da mesma abordagem nas ações contra as minas poderia conferir o rigor científico necessário para lidar com algumas das perguntas sem resposta, e em última instância, resultar em maior êxito na prevenção de lesões, mutilações e óbitos causados pelas minas terrestres e ANDs.

A ciência da epidemiologia envolve o estudo dos problemas sanitários, como as doenças e as lesões físicas, das populações e não das pessoas. Um dos objetivos da epidemiologia aplicada é determinar os efeitos de um problema sanitário na população. Para criar estratégias de prevenção bem-sucedidas, os epidemiologistas coletam e analisam dados para responder as seguintes questões básicas:

- Quem é afetado pelo problema sanitário?
- Em que área geográfica o problema está ocorrendo?
- Em que momento ocorre o problema?
- Como e porque uma pessoa foi afetada pelo problema?

Os epidemiologistas conseguem as respostas por meio de uma abordagem que envolve quatro medidas principais: (1) determinar a magnitude, a abrangência e as características do problema; (2) estudar os fatores que aumentam os riscos de doenças, lesões ou mutilações e determinar que fatores têm

possibilidade de modificação; (3) avaliar o que pode ser feito para prevenir o problema por meio da utilização de dados sobre as causas e fatores de risco, com o fim de planejar, testar e avaliar as intervenções; e (4) implementar as intervenções promissoras em larga escala.⁴

A comunidade responsável pelas ações contra minas adotou várias dessas medidas. Foram criados sistemas de vigilância em vários locais para fornecer informações úteis sobre a gravidade dos danos causados pelas minas e ANDs. Entretanto, esses sistemas geralmente têm pouca abrangência e são implantados de maneira precária. A maior parte dos sistemas de vigilância de minas e ANDs funciona em hospitais e não cobre os casos de pessoas mortas e feridas que não são atendidas nesses estabelecimentos.

Embora a coleta de dados sobre feridos e mutilados nos países conflagrados seja difícil, precisamos ampliar a abrangência dos esforços atuais de vigilância por meio de dados adicionais fornecidos por sistemas instalados nas comunidades e cruzamento periódico de dados. Precisamos também nos assegurar que os dados sejam coletados de maneira consistente, de modo a permitir comparações entre países. A consistência da coleta de dados pode ser atingida por meio da criação e adoção de bancos de dados básicos que forneceriam instrumentos e definições padronizadas de levantamento de dados epidemiológicos. Já foram tomadas algumas iniciativas para desenvolver as ferramentas necessárias, mas esses instrumentos não têm sido adotados de maneira universal.

A determinação dos fatores que aumentam os riscos de lesões é a segunda medida importante na abordagem da saúde pública para a prevenção dos danos causados por minas e ANDs. Os métodos epidemiológicos, como os estudos de controle de casos, podem ser usados para identificar os possíveis fatores de risco de lesões e óbitos. Esses estudos podem ser feitos em nível de indivíduos e de comunidades, com o fim de determinar comportamentos e características de indivíduos e comunidades que os colocam em maior risco de lesões ou morte. Órgãos de Saúde Pública,

como os Centros de Controle de Doenças (CDC) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) poderiam realizar alguns desses estudos, mas seria melhor que os sanitaristas da comunidade responsável pelas ações contra as minas pudessem ajudar nessas pesquisas.

A abordagem de saúde pública implica também na avaliação e implementação de programas eficazes de prevenção. Estratégias atuais, como os programas de capacitação em controle de risco, não têm sido devidamente avaliados. Como resultado, desconhece-se a eficácia desses programas na diminuição de danos causados por minas e ANDs. Com a aplicação de métodos epidemiológicos, esforços de prevenção, como os programas de capacitação em controle de risco, poderiam ser avaliados de maneira sistemática. Por exemplo, as comunidades onde tais programas foram implementados poderiam ser comparadas com outras comunidades onde os programas não foram implantados. Essa estratégia de comparação, já utilizada com sucesso para avaliar outros programas de avaliação de danos físicos, poderia revelar se o número de lesões por minas e ANDs diminuiu na comunidade que implementou o programa educativo. Daí, se o programa de prevenção se provasse eficaz, os sanitaristas poderiam ajudar na disseminação e implementação amplas do programa.

Os sanitaristas podem ajudar a comunidade responsável pelo combate às minas por meio da aplicação de métodos epidemiológicos à prevenção de danos causados por minas e ANDs, podendo também capacitar os funcionários em epidemiologia básica para que eles próprios possam usar esses métodos. Em outubro de 2003, o CDC e o UNICEF foram parceiros na realização de um Curso Prático de Epidemiologia para Ações contra Minas (Femac). Esse curso forneceu capacitação básica em métodos de epidemiologia prática para 25 profissionais da área de controle de minas. Os temas cobertos pelo curso de duas semanas incluíam conceitos básicos de epidemiologia, elaboração de pesquisas, vigilância, avaliação de programas, uso de dados para tomar decisões e apresentação de dados. Os participantes receberam também treinamento em EpiInfo 2002, um software para

coleta e análise de dados epidemiológicos. Os profissionais do CDC e do UNICEF pretendem dar o curso de maneira regular para capacitar os especialistas em minas em epidemiologia aplicada e promover o desenvolvimento sistemático de programas eficazes de prevenção aos danos causados por minas terrestres e ANDs.

A área responsável pelas ações de combate às minas enfrenta muitos desafios na prevenção contra lesões e óbitos causados por minas terrestres e ANDs. A aplicação de métodos epidemiológicos básicos pode fornecer à comunidade responsável ferramentas baratas para enfrentar esses desafios. Ao descrevermos minuciosamente o problema, identificarmos com precisão os fatores de risco e definirmos e avaliarmos as medidas preventivas de maneira eficiente, poderemos diminuir o impacto de minas e ANDs nas populações civis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. Bilukha O, Brennan M, Woodruff B. Death and injury from landmines and unexploded ordnance in Afghanistan. *JAMA* 2003;290(5):650-653.
2. Krug E, Gjini AA. Number of landmine victims in Kosovo is high. *BMJ* 1999;319(7207):450.
3. Landmine-related injuries, 1993-1996. *MMWR* 1997;46(31):724-726.
4. Krug E, Ikeda R, Qualls M, Anderson M, Rosenberg M, Jackson R. Preventing landmine-related injury and disability: a public health perspective. *JAMA* 1998; 280(5):465-466.
5. Chaloner E, Mannion S. Antipersonnel mines: the global epidemic. *Ann R Coll Surg Engl* 1996;78(1):1-4.
6. Ascherio A, Biellik R, Epstein A, *et al.* Deaths and injuries caused by land mines in Mozambique. *Lancet* 1995;346(8977):721-724.
7. Andersson N, da Sousa CP, Paredes S. Social cost of land mines in four countries: Afghanistan, Bosnia, Cambodia, and Mozambique. *BMJ* 1995;311(7007):718-721.
8. Stover E, Keller AS, Cobey J, Sopheap S. The medical and social consequences of land mines in Cambodia. *JAMA* 1994;272(5):331-336.
9. Coupland R, Korver A. Injuries from antipersonnel mines: the experience of the International Committee of the Red Cross. *BMJ* 1991;303(6816):1509-1512.
10. Suicide prevention among active duty Air Force personnel -- United States, 1990-1999. *MMWR* 1999;48(46):1053-1057.
11. Lin ML, Fearn KT. The provisional license: nighttime and passenger restrictions -- a literature review. *J Safety Res* 2003;34(1):51-61.
12. Knox KL, Litts DA, Talcott GW, Feig JC, Caine ED. Risk of suicide and related adverse outcomes after exposure to a suicide prevention programme in the U.S. Air Force: cohort study. *BMJ* 2003;327(7428):1376.
13. Sethi D, Krug E. Guidance for surveillance of injuries due to landmines and unexploded ordnance. Geneva: Organização Mundial do Comércio; 2000.
14. Physicians for Human Rights. Measuring Landmine Incidents & Injuries and the Capacity to Provide Care: A Guide to Assist Governments and Non-governmental Organizations in Collecting Data about Landmine Victims, Hospitals and Orthopaedic Centers. Boston (MA): Physicians for Human Rights; 2000.
15. Kanny D, Schieber RA, Pryor V, Kresnow MJ. Effectiveness of a state law mandating use of bicycle helmets among children: an observational evaluation. *Am J Epidemiol* 2001;154(11):1072-1076. 16. Schieber RA, Sacks JJ. Measuring community bicycle helmet use among children. *Public Health Rep* 2001;116(2):113-121.

DEPARTAMENTO DE DEFESA DOS EUA: COMPARTILHAMENTO DE TREINAMENTO E TECNOLOGIA COM A COMUNIDADE INTERNACIONAL

A partir de maio de 1996, o Departamento de Defesa dos EUA dedicou atenção à expansão significativa do seu programa de desminagem humanitária, para melhorar a tecnologia de detecção e remoção de minas e compartilhar essa nova tecnologia com a comunidade internacional. O secretário adjunto de Defesa para operações especiais e conflitos de baixa intensidade no exterior supervisiona o Programa de Desminagem Humanitária do DOD.

O Departamento de Defesa dos EUA (DOD) treina países nos procedimentos de remoção de minas terrestres, conscientização sobre minas e ajuda às vítimas, bem como no desenvolvimento de habilidades de liderança e organização necessárias para dar respaldo a esses programas após a partida dos militares norte-americanos que dão esse treinamento. Além disso, o programa de pesquisa e desenvolvimento do DOD cria novas tecnologias para tratar questões envolvendo minas terrestres.

A política dos Estados Unidos referente às minas terrestres é realizada por meio de um processo interagências. O Conselho de Segurança Nacional avalia as questões apresentadas por vários departamentos e agências e dá sugestões ao presidente para que ele tome uma decisão. O Departamento de Estado, o Departamento de Defesa e o Estado-Maior das Forças Armadas são os principais órgãos responsáveis pela implementação dessa decisão.

O Programa de Desminagem Humanitária do DOD busca a redução de vítimas civis, a criação de condições para o retorno a seus lares de refugiados e de pessoas deslocadas dentro do próprio país, o reforço da estabilidade nacional e o incentivo à cooperação e participação internacionais. O programa ajuda a estabelecer e apoiar as capacidades sustentáveis de ação contra minas mediante o fornecimento de recursos e

conhecimentos com os quais os países afetados possam se ver livres das minas.

O DOD criou o Programa de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) de Desminagem Humanitária para desenvolver equipamentos para uso imediato em várias missões e ambientes internacionais de desminagem humanitária. O objetivo é o fornecimento de equipamentos à comunidade de desminagem internacional que reduzam o tempo e o custo a ela associados e aumentem a segurança dos operadores.

Isso é conseguido mediante a:

- utilização de equipamentos prontos para comercialização;
- integração de tecnologias consagradas; e
- alavancagem das tecnologias existentes de programas de tecnologia de desminagem utilizadas para fins militares

O programa visa à melhoria de tecnologias de detecção de minas e campos minados, limpeza da área, limpeza da vegetação, remoção mecânica de minas, neutralização de minas, proteção e ferramentas individuais de desminagem do operador.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

A Divisão de Desminagem da Diretoria de Visão Noturna e Sensores Eletrônicos (Night Vision and Electronic Sensors Directorate - NVESD) do Comando de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia do Exército dos EUA (U.S. Army Research, Development, and Engineering Command - RDECOM) executa o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento de Desminagem Humanitária. A Divisão de Desminagem da NVESD tem muitos anos de experiência em

pesquisa e desenvolvimento de desminagem militar. O grande conhecimento técnico de engenharia voltada para o combate a minas, em conjunto com uma fábrica de padrão internacional e instalações de testes orgânicos, torna a Divisão de Desminagem especialmente qualificada para conduzir esta importante missão de P&D de Desminagem Humanitária.

A cada ano, o Escritório do Programa de P&D de Desminagem Humanitária convida representantes de nações afetadas por minas para o Annual Requirements Workshop a fim de identificar e atualizar as suas necessidades mais prementes.

ESTRUTURA DO PROGRAMA

Uma vez aprovado o plano do programa, é dado início ao projeto e desenvolvimento da tecnologia do novo protótipo. Existem dois métodos principais para sua execução. O primeiro é por meio da concessão de contratos de protótipos a várias empresas norte-americanas e estrangeiras especializadas no desenvolvimento de equipamentos de desminagem. O segundo se dá mediante o projeto e a construção de protótipos em uma fábrica especial da NVESD. Pesquisas internacionais de mercado ajudam a identificar artigos à venda para detecção de minas terrestres, limpeza de minas e vegetação, neutralização e proteção individual. Uma vez construídos, os protótipos passam por testes de desenvolvimento para verificar se todos os requisitos do projeto foram atendidos. Se os resultados dos testes identificarem modificações de engenharia que melhorem o desempenho do sistema, são feitas mudanças e o sistema é testado novamente.

AVALIAÇÕES DENTRO DO PAÍS

Uma equipe de avaliação do local, que inclui representantes do Escritório do Programa de P&D, ajudará o país solicitante a determinar o equipamento cujo protótipo for mais adequado a seu problema com as minas terrestres. Muitos fatores são considerados, inclusive tipo de terreno, clima e tipo e variedade das minas. O processo de avaliação se encerra com a recomendação do tipo mais adequado de protótipo, passando então por avaliações que duram normalmente de seis meses a um ano.

REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÕES DE CAMPO DENTRO DO PAÍS

Logo que o secretário adjunto de Defesa para operações especiais e de baixa intensidade (SO/LIC) aprova a utilização dos equipamentos, o Escritório do Programa de P&D entra em contato com o representante da Embaixada dos EUA encarregado da questão, o quartel general de comando e os representantes do país beneficiário para iniciar o processo de envio. As primeiras determinações são a execução de um Memorando de Entendimento, um Acordo de Suporte Logístico e um plano de avaliação apontando as responsabilidades de cada um. Uma vez feito isso, o Escritório do Programa de P&D transporta os equipamentos com materiais de instruções em vários idiomas para o país em questão e dá o treinamento. Depois que a equipe de treinamento parte, o Escritório do Programa de P&D em geral faz visitas de supervisão periódicas.

TRANSIÇÃO PARA USO OPERACIONAL

O país beneficiário pode ser parte da equipe de desenvolvimento, mediante a participação em reuniões e observação de testes. Por sua vez, o país beneficiário concorda em realizar avaliações operacionais de campo relativas ao protótipo. O país tira proveito da participação no desenvolvimento da tecnologia destinada especificamente para seu problema, e o Programa de P&D se beneficia com a experiência e as informações obtidas na avaliação.

INFORMAÇÃO À COMUNIDADE DE DESMINAGEM

O Programa de P&D de Desminagem Humanitária é responsável por manter as comunidades de desminagem militar e de ação humanitária contra minas informadas sobre seus desenvolvimentos tecnológicos. O Escritório do Programa de P&D faz isso de vários modos. As tecnologias desenvolvidas estão relacionadas no Developmental Technologies Equipment Catalog disponível na internet, em papel e em CD. Esse catálogo é atualizado a cada dois anos aproximadamente. Os resultados dos testes são enviados para organizações e indivíduos da comunidade internacional de desminagem para utilização nas tomadas de decisão referentes a investimentos em equipamentos. O programa também criou um boletim disponível a todos na internet com atualizações periódicas. 



PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS SÃO ESSENCIAIS NA AJUDA AOS SOBREVIVENTES DE MINAS TERRESTRES

Kenneth R. Rutherford

Co-fundador da Rede de Sobreviventes de Minas Terrestres e professor de Ciência Política da Universidade Estadual Southwest Missouri

O autor, um sobrevivente de mina terrestre, destaca o papel crucial das parcerias público-privadas na assistência aos sobreviventes de acidentes com minas. "Ainda que os esforços do governo dos EUA para prestar auxílio a essas pessoas variem de país para país e cubram diversos programas, acredito que próteses, educação ao amputado e reintegração social são três dos aspectos mais importantes da ajuda do governo dos EUA aos sobreviventes", afirma Kenneth R. Rutherford.

Em 16 de dezembro de 1993, um acidente com mina terrestre mudou minha vida para sempre. Como recebi um excelente apoio médico e para reabilitação, aprendi a viver com as duas pernas amputadas e a ir em busca de meu sonho de ser professor. Sou uma das vítimas afortunadas de mina terrestre, pois muitas não recebem tratamento adequado ou morrem.

Embora o índice de mortes de civis causadas por minas terrestres tenha diminuído, passando de uma estimativa de 26 mil por ano no final dos anos 1990 para menos da metade – aproximadamente 11.700 – em 2002,¹ existem mais de 300 mil sobreviventes de acidentes com minas em todo o mundo. Calcula-se que o custo de reabilitação dessas pessoas será superior a US\$ 3 bilhões durante os próximos 10 anos.²

Para atender a essa necessidade, o Departamento de Estado dos EUA está fazendo parcerias com organizações não-governamentais (ONGs) em diversas iniciativas de ações humanitárias contra as minas terrestres - inclusive atividades de ajuda aos sobreviventes. Este artigo destaca o papel crucial que as parcerias público-privadas exercem nos programas de assistência aos sobreviventes de minas terrestres. Ainda que os esforços do governo dos EUA para prestar auxílio a essas pessoas variem de país para

país e cubram diversos programas, acredito que próteses, educação ao amputado e reintegração social são três dos aspectos mais importantes da ajuda do governo dos EUA aos sobreviventes.

A assistência ao sobrevivente é abrangente e não se restringe ao tratamento médico inicial para ferimentos traumáticos causados por explosões de minas terrestres e ao fornecimento de próteses.³ Inclui também tratamento continuado para auxiliar no processo de recuperação física, mental e emocional das vítimas e da família. Os próprios sobreviventes de minas terrestres definiram a assistência ao sobrevivente como "prestação de serviços médicos e de emergência; acesso a próteses, cadeiras de rodas e outros aparelhos de apoio; reintegração social e econômica; apoio psicológico e companheirismo; programas de prevenção de acidentes; e serviços jurídicos e de aconselhamento."⁴ Essas atividades podem assumir a forma de apoio continuado para reabilitação, aconselhamento psicológico e social, capacitação profissional, maior defesa pública dos direitos da pessoa deficiente e reforma judicial com o objetivo de eliminar as barreiras às pessoas portadoras de deficiência num esforço para alcançar sua integração na sociedade.

A principal fonte de recursos do governo dos EUA para apoiar os programas de assistência ao

sobrevivente é o Fundo Patrick J. Leahy para Vítimas de Guerra da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (U.S. Agency for International Development/Patrick J. Leahy War Victims Fund - USAID-LWVF). O Fundo fornece assistência técnica e financeira às vítimas civis de guerra, incluindo feridos por mina terrestre, nos países em desenvolvimento. Até hoje, o LWVF concedeu mais de US\$ 112 milhões a mais de 28 países. Durante os últimos 10 anos, a organização financiou serviços de próteses e acompanhamento monitorado do paciente.

Um dos principais parceiros na implementação das iniciativas do LWVF é a Fundação Norte-Americana dos Veteranos do Vietnã (Vietnam Veterans of América Foundation - VVAF), uma ONG com sede em Washington, D.C. Em 1992, a VVAF inaugurou o Centro de Reabilitação Física Kien Khleang, no Camboja, formado por uma unidade de tratamento e uma oficina altamente equipada para a produção de mais de 140 próteses e órteses e 30 cadeiras de rodas por mês. Especialmente digno de nota é o fato de que muitos de seus funcionários são ex-pacientes do Centro. O Centro atualmente cuida de mais de 240 pacientes por mês e, até hoje, ajudou mais de 10 mil cambojanos, 70% dos quais são sobreviventes de minas terrestres. É o maior centro de reabilitação do Camboja e continua recebendo apoio do USAID-LWVF.

O LWVF também ajuda a melhorar a vida dos sobreviventes estimulando e ampliando sua acessibilidade à educação, capacitação e oportunidades de emprego. Nesse aspecto, o LWVF fez parceria com a Rede de Sobreviventes de Minas Terrestres (Landmine Survivors Network - LSN), uma ONG fundada por sobreviventes para facilitar a reabilitação efetiva a longo prazo e capacitar pessoas com membros amputados a reassumir uma vida ativa e produtiva. Para ajudar os sobreviventes, a LSN publicou uma série de panfletos educativos para amputados com contribuições de pessoas que perderam membros e de profissionais de reabilitação de 7 países. Essa publicação é financiada pelo governo dos EUA por meio do LWVF.

Esses panfletos são importantes para a recuperação do amputado. Quando uma pessoa perde um membro em um acidente com mina antipessoal ou outro tipo de artefato explosivo, os cuidados médicos imediatos, de reabilitação e protéticos são vitais.

Embora a maioria dos amputados do mundo vivam em países minados, esses panfletos são úteis a qualquer pessoa que tenha perdido um membro. A série compreende 10 panfletos com tradução para diversos idiomas: amárico, árabe, bósnio, português, espanhol e tigrínia. A publicação é dirigida principalmente aos amputados e cobre uma ampla gama de questões, desde o que esperar imediatamente após a cirurgia até o retorno ao trabalho. Esses panfletos também tratam de diferentes assuntos de interesse do amputado:

- **Cirurgia de amputação:** porque as pessoas precisam ser amputadas, o que esperar, o que se deve ou não fazer durante a recuperação.
- **Dor após a amputação:** tipos de dor, causas da dor e formas de aliviar a dor.
- **Ataduras no coto:** por que e como enfaixar o coto (a parte do membro não amputada após ferimento e cirurgia).
- **Prevenção à infecção:** como prevenir, reconhecer e tratar infecções.
- **Condições emocionais após perda de membro:** maneiras positivas de lidar com as emoções após perda de membro.
- **Próteses:** respostas às perguntas mais freqüentes e conselhos sobre próteses fornecidos por pessoas que sofreram perda de membro.
- **Reabilitação física:** dicas para ajudar os pacientes durante a recuperação da cirurgia, na preparação para o uso de prótese e para reaprender a andar.
- **Volta ao trabalho:** histórias de pessoas que voltaram a trabalhar após a amputação.
- **Direitos e responsabilidades:** o que são e por que é preciso entendê-los.

Informações para a família: o que os familiares e amigos precisam saber para ajudar o amputado.

Outra organização sem fins lucrativos que trabalha com o Departamento de Estado para

apoiar a ação humanitária contra as minas é a Freedom Fields USA, um grupo que ajuda as pessoas nos países infestados por minas "a retornar ao caminho do desenvolvimento econômico e a recuperar a esperança".

Trabalhando em conjunto com o Escritório do Departamento de Estado para Remoção e Redução de Armas, a Freedom Fields USA angariou mais de US\$ 140 mil para reduzir os efeitos das minas terrestres no distrito de Kamrieng no Camboja. Além da limpeza de áreas com minas terrestres, as comunidades mais pobres de Kamrieng também serão beneficiadas com o trabalho da Freedom Fields USA na recuperação de escolas, de estradas e do abastecimento de água.

Em pronunciamento no dia 15 de novembro de 2003 em um evento beneficente da Freedom Fields USA denominado "Noite no Camboja: uma noite beneficente em prol da Ação Humanitária contra Minas", o vice-secretário de Estado, Richard Armitage, destacou o papel vital que pode ser desempenhado pela sociedade civil em trabalhos de parceria com o Departamento de Estado para fortalecer as ações oficiais de combate às minas, inclusive nas ações voltadas para a reabilitação dos sobreviventes de minas terrestres.

Finalmente, é difícil reconquistar a autonomia e a inclusão social quando não se pode ir a nenhum lugar, comunicar-se ou participar. Para alcançar essas metas, o governo dos EUA, por meio do fundo LWVF, apóia um programa de ajuda no Vietnã que iniciou suas atividades concentrando-se na acessibilidade sem barreiras. Isso resultou na promulgação de uma lei nacional e abrangente em defesa da pessoa deficiente com base nos princípios da Lei dos Americanos Portadores de Deficiência. Promulgada em 26 de julho de 1990, a Lei dos Americanos Portadores de Deficiência visa prover a sociedade norte-americana de mais acessibilidade para os portadores de deficiência.

No Vietnã, uma organização não-governamental, a Assistência Vietnamita para os Portadores de Deficiência (VNAH), em estreita colaboração com o governo do Vietnã e financiada pelo Departamento do Trabalho

dos EUA, dedica-se a ampliar as oportunidades de emprego para as pessoas com necessidades especiais, muitas das quais são sobreviventes de minas terrestres. Esse programa fornece apoio a diversas entidades do governo vietnamita com o objetivo de promover a criação de leis trabalhistas e de políticas para a ampliação das oportunidades de emprego para os portadores de deficiência.

Os programas do LWVF, em conjunto com as iniciativas do governo norte-americano de parcerias público-privadas para apoiar as ações contra as minas, são fundamentais para ajudar a recuperação de milhares de sobreviventes de acidentes com minas. Esse apoio permite aos sobreviventes receber alguns dos benefícios que eu felizmente recebi sendo cidadão de um país rico e detentor de tecnologia avançada.

As organizações privadas aqui citadas, são apenas algumas das muitas ONGs humanitárias que estão cooperando com o governo dos EUA para oferecer a mesma qualidade de reabilitação e demais serviços de assistência aos sobreviventes de minas terrestres em todo o mundo. Para a viabilidade econômica de muitos desses sobreviventes, conseguir braços e pernas é fundamental. São agricultores, pastores, comerciantes, entre outros, que se puderem contar com membros artificiais contribuirão em maior ou menor escala para a prosperidade de sua família, de sua comunidade e de seu país.

Quando trabalhava em uma ONG humanitária de ajuda, participei de um projeto de microcrédito financiado pelo governo dos EUA que concedeu empréstimos aos somalis que tentavam se recuperar de muitos anos de guerra e seca. Durante esse trabalho, fiz questão de dizer a todos os tomadores de empréstimo que aquele era um presente do povo dos Estados Unidos da América. Futuramente, também espero poder dizer que parcerias público-privadas do governo dos EUA semelhantes a essa foram essenciais para ajudar milhares de vítimas de minas terrestres a se recuperar com sucesso de seus ferimentos e a retomar a busca de seus sonhos.

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

- ¹ "Clear a Path to a Safer World: Addressing the Tragedy of Landmines", Lincoln P. Bloomfield, Jr., secretário adjunto para Assuntos Político-Militares e representante especial para Ações contra Minas. Pronunciamento feito no Smith College, Polus Center, Northampton, Massachusetts, 15 de novembro de 2003.
- ² *Landmine Monitor: Toward a Mine-Free World: Executive Summary 1999*, Campanha Internacional de Proibição de Minas Terrestres (International Campaign to Ban Landmines - ICBL), 1999, p. 22.
- ³ Segundo definição da ICBL, "vítimas de minas terrestres" são "aquelas que, individual ou coletivamente, sofreram danos físicos,

emocionais e psicológicos, perdas econômicas ou foram substancialmente privadas de seus direitos fundamentais por meio de atos ou omissões relacionados com a utilização de minas". Portanto, a ICBL considera que entre as "vítimas de minas incluem-se as pessoas atingidas de forma direta, seus familiares e as comunidades afetadas por minas". *Victim Assistance: Contexts, Principles, and Issues*, declaração de posicionamento do Grupo de Trabalho de Assistência às Vítimas, p.1.

- ⁴ Jerry White e Ken Rutherford, *The Role of the Landmine Survivors Network*, em *TO WALK WITHOUT FEAR: THE GLOBAL MOVEMENT TO BAN ANTIPERSONNEL LANDMINES*, 99, 103-104 (Maxwell A. Cameron et al. orgs., Oxford University Press 1998).

MITOS E VERDADES SOBRE A DESMINAGEM

Colin King

*Presidente da Colin King Associates e
editor da publicação Jane's Mines and Mine Clearance*

“Nunca haverá uma solução simples e universal para a desminagem, mas pode haver aperfeiçoamento contínuo dos equipamentos e das técnicas. Entender que a ameaça das minas envolve muito mais do que pequenos objetos de plástico enterrados em gramados é fundamental ao processo.”

LUTA CONTRA OS ESTEREÓTIPOS

Para um assunto que recebeu tanta atenção da mídia, é de surpreender o quão pouco realmente se sabe sobre a desminagem. A grande maioria parece estar dividida entre aqueles que acreditam que o problema das minas terrestres acabou com a adoção do Tratado de Ottawa e aqueles que ainda acreditam que será preciso milhares de anos e bilhões de dólares para solucioná-lo. Essas duas idéias derivam da cobertura sensacionalista da mídia, que é alimentada pela própria comunidade responsável pelas ações antiminas, e ambas estão, é claro, igualmente equivocadas.

Entre os que reconhecem a necessidade constante da desminagem, há quase sempre uma desconfiança dissimulada de que a tecnologia para aperfeiçoar o processo já existe. A maioria sabe que a desminagem humanitária é um processo lento e perigoso e vê a necessidade de aprimorá-la, mas apesar de anos de pesquisa, pouco parece ter mudado; por que ainda não existe solução simples para a remoção de minas?

Para responder essa pergunta, é preciso entender um pouco sobre minas e campos minados. E aí reside a dificuldade, porque a maioria das pessoas acha que sabe alguma coisa sobre o problema; não consegue ver por que retirar essas munições tão simples (minas) de um espaço aberto (campos minados) é algo tão desafiador.

O fato é que enquanto os mitos e os estereótipos são inúmeros, pouquíssimas

pessoas entendem a realidade das minas ou os ambientes nos quais elas se encontram. Esses são os fatores mais centrais na desminagem, no entanto, tendem a ser desconsiderados ou, pelo menos, demasiadamente simplificados, na busca inexorável de soluções inovadoras. O desconhecimento dos princípios básicos cria inevitavelmente uma falsa percepção do problema, e com muita frequência os inevitáveis equívocos resultam em desperdício de recursos e no desenvolvimento de equipamentos inúteis.

O que se segue é uma breve visão geral com o intuito de ilustrar a realidade da ameaça colocada pelas minas. O objetivo não é apontar uma lista exaustiva dos problemas potenciais, mas, ao contrário, colocar os preconceitos típicos sobre minas e campos minados em uma perspectiva mais equilibrada. No mínimo, deve ficar claro que esse tema não tem nada de simples.

MINAS

A muito comentada mina explosiva

O estereótipo comum da mina terrestre - mesmo em setores da comunidade responsável pelas ações antiminas - é o de uma mina antipessoal (AP) não metálica. Muitas minas explosivas acionadas por pressão são revestidas com plástico e têm de fato um conteúdo metálico mínimo, embora pouquíssimas sejam de fato não metálicas ou indetectáveis. É verdade que essas minas constituem uma proporção substancial da ameaça e continuam a causar sérios problemas para os operadores de desminagem em muitas partes do mundo. No entanto, desde que se tornaram o centro da

atenção da mídia, a ameaça de outros tipos de minas tem sido grandemente ignorada.

A mina explosiva AP chega até a ter alguns pontos a seu favor. Primeiro, o detonador requer pressão direta e substancial (9 a 22 quilogramas); segundo, o invólucro plástico cria um risco de fragmentação muito limitado e raramente é letal. Existem muitos exemplos de operadores que escaparam de detonações acidentais com ferimentos menores, portanto, para o operador bem protegido, adotando estritamente os procedimentos operacionais padrão, as minas explosivas AP não representam o maior dos perigos. Se a detecção segura das minas explosivas com um mínimo de metal fosse o único problema enfrentado pelos operadores, os índices de remoção de minas seriam muito mais elevados do que são.

A menos entendida mina de fragmentação

Existem três categorias de minas de fragmentação: as minas de estaca (chamadas assim porque são montadas em pequenas estacas de madeira) e as minas com efeito de salto espalham fragmentos em todas as direções quando são detonadas. As minas Claymore são mais direcionais, lançando seus fragmentos em um padrão de cone ou em forma de leque, como se fosse uma espingarda imensamente poderosa.

Para os leigos, seu alto conteúdo metálico dá a idéia de que essas minas quase não oferecem resistência aos operadores de desminagem em um mundo com detectores de metal, mas a realidade é bem diferente. Para começar, a maioria das minas de fragmentação é acionada por fios detonadores, assim, ao contrário da mina explosiva, não é necessário contato direto; trata-se de armas de área com sistemas de fusão na área. Enquanto a maioria das minas explosivas requer pressão direta substancial, a ativação por fio detonador requer apenas entre meio a um quilograma. A noção reconfortante de proteção adequada também é outra ilusão. Não apenas um erro com uma mina de fragmentação invariavelmente resulta em sérios ferimentos ou morte, mas o erro de uma outra pessoa - a

alguma distância - também pode ser fatal. A detecção de detonadores é tão importante quanto a detecção de minas com conteúdo mínimo de metal, mas os esforços de pesquisa são insignificantes nessa área.

A potência de uma mina de fragmentação faz com que seja praticamente impossível proteger um operador que esteja por perto e seu grande raio de ação (mais de 90 metros) mostra a inutilidade de manter as distâncias seguras recomendadas. É preciso usar equipamento de proteção e mesmo assim não há garantia ou segurança; ele restringe a visão periférica, aumenta o cansaço e pode deixar o operador com dificuldade de controle, o que se torna extremamente perigoso. Quando uma mina de fragmentação é detonada, seja por acidente ou de forma intencional, os fragmentos também atingem uma grande área, interferindo em qualquer detecção subsequente ou com o processo de garantia da qualidade.

Tão forte é o estereótipo da mina explosiva, que as pessoas quase sempre esquecem o fato de que muitas minas de fragmentação são colocadas acima do solo para maximizar seu efeito. É importante enfatizar uma vez mais que a visibilidade deveria torná-las mais seguras, no entanto, quase sempre o raio de ação letal excede em muito a distância em que elas podem ser vistas; em outras palavras, elas podem ver você antes que você possa vê-las. Minas e detonadores colocados bem acima do solo criam uma ameaça tridimensional, dificultando tanto a localização quanto a destruição. Para a grande maioria da comunidade científica, entretanto, os campos minados são vistos como planos estritamente bidimensionais; isso significa que, em todos os sentidos, uma dimensão fundamental do problema está sendo ignorada.

Minas antiveículo

Em meio à enorme atenção dada às minas antipessoal, é fácil descuidar do fato de que as minas antiveículo (AV) são responsáveis por uma parcela significativa dos incidentes relacionados com minas. Não se costuma fazer distinção entre veículos militares e civis; com até 100 vezes o conteúdo explosivo de uma mina AP, a explosão de uma mina AV pode matar

num raio de ação bem maior e cria um efeito de “fragmentação secundária” letal a partir de objetos próximos. Até mesmo animais grandes podem ser pesados o suficiente para acionar as minas AV, matando ou ferindo qualquer pessoa ou ser vivo nas proximidades. Também é importante entender que várias minas AV equipadas com dispositivos disparadores sensíveis podem ser acionadas por pessoas.

Regras sobre a colocação de minas

É o uso indiscriminado das minas que tem o maior impacto nas comunidades, e entre os usuários irresponsáveis não há regras. Além da camuflagem e dissimulação rotineiras, a improvisação faz com que todos os aspectos da ameaça das minas sejam imprevisíveis. Exemplos incluem o empilhamento de minas, o uso de estacas de madeira para acionar minas enterradas em profundidade (para evitar detecção), a conexão de minas de fragmentação para criar zonas de matança e o uso de minas antipessoal para acionar cargas explosivas muito maiores (como projéteis de artilharia). Além disso, praticamente qualquer armadilha de mina pode disparar quando acionada acidentalmente, complicando ainda mais o processo de remoção e exigindo ainda mais precauções.

O AMBIENTE

Campos de morte e não campos de jogo

A imagem estereotipada de um campo minado plano e coberto de grama é tão limitada quanto a da mina explosiva não metálica. No entanto a imagem de “campo de futebol” é constantemente reforçada pelos testes, demonstrações e filmes publicitários que invariavelmente são realizados em condições quase perfeitas. Mesmo deixando de lado as circunstâncias especiais dos lagos de petróleo do Kuwait, das dunas movediças do Oriente Médio, das montanhas do Afeganistão ou dos pântanos turfosos das Malvinas, os campos minados raramente são planos e descaracterizados.

Para começar, há vegetação. Não se pode colher ou roçar campos minados e muitos

deles se encontram no tipo de ambiente quente e úmido que promove o rápido crescimento da folhagem. A maioria dos campos minados do mundo existe há anos, e muitos estão totalmente cobertos de vegetação. Não apenas isso dificulta o acesso físico, mas a impossibilidade de localizar minas de fragmentação e detonadores torna esses campos minados cobertos de folhagem especialmente perigosos. Em algumas regiões do Camboja, mais de 80% do tempo gasto com a desminagem manual é dedicado à limpeza da vegetação rasteira. Uma das poucas áreas de real progresso nos últimos anos foi a introdução de cortadores mecânicos de vegetação, que conseguem acessar rapidamente a terra e eliminam a ameaça dos detonadores.

Os campos minados do mundo real quase sempre são acidentados e cheios de obstáculos - naturais e colocados pelo homem. Rochas de todos os tamanhos criam problemas para o operador de desminagem e mesmo as pedras pequenas podem tornar quase impossível a exploração do local. A maioria dos sistemas veiculares é completamente destruída por áreas de floresta densa, terrenos muito íngremes ou muito rochosos; mesmo para os operadores a pé, o acesso e o movimento podem ser difíceis e perigosos. Das montanhas do Afeganistão e das regiões fronteiriças íngremes de Omã, Chile e Peru às colinas com floresta da Bósnia-Herzegovina, da Croácia e de Kosovo, o terreno impõe sérias limitações aos procedimentos de desminagem. Enquanto isso, as forças da natureza constantemente conspiram para enterrar as minas acima do solo. Por exemplo, pode ser um sulco ou uma cratera fora do alcance de um detector, de um mangual ou de um rolo compressor ou o pé de um morro - talvez bem além dos limites do campo minado.

A água é a força natural mais poderosa, com a capacidade de corroer e deslocar minas, arrastá-las muito além de seus locais originais e mesmo enterrá-las novamente. A água também pode criar obstáculos intransponíveis para qualquer equipamento mecânico de remoção. No Vale da Jordânia, o rio fez sulcos de quase 4 metros no meio de campos minados mistos (AP e AV); algumas minas ficam balançando na borda do penhasco enquanto outras são

enterradas debaixo do solo exaurido. Vários quilômetros rio abaixo, o Mar da Galiléia precisa ser patrulhado diariamente para a verificação de minas levadas para as praias. Em outros lugares, a remoção de minas torna-se praticamente impossível pela ação das ondas nas praias das Malvinas, pelas águas paradas dos campos de arroz do Camboja, pelas inundações das ilhas do sul do Chile e pela neve nos campos minados da Bósnia-Herzegovina.

Áreas de batalha

Não é de surpreender que as minas sejam com frequência encontradas nos campos de batalha e ao redor deles, onde o solo foi atingido pelos restos de guerra. Na melhor das hipóteses, haverá grandes quantidades de metal: um projétil pode produzir milhares de fragmentos de aço e cada lasca será grande o suficiente para reduzir o impacto de uma mina com conteúdo mínimo de metal. Na pior das hipóteses, a área pode estar cheia de crateras e fios (arame farpado, cabos de comunicação e fios condutores de mísseis) e repleta de artefatos não detonados (ANDs). Com a detecção de metal, os índices de alarme falso podem ser superiores a 1.000 para um, resultando em uma considerável quantidade de tempo e esforço desperdiçados. Em algumas áreas, a detecção de metal simplesmente não é uma opção.

O índice de falha de detecção entre as munições convencionais geralmente ultrapassa os 10% e pode ser muito superior. Isso significa que a quantidade de ANDs quase sempre diminui o número de minas, como foi o caso quando dos lançamentos de submunições no Kuwait e no Iraque, em Kosovo e no Afeganistão, onde um número impressionante delas simplesmente não funcionou. A maioria dos tipos de ANDs é menos perigosa do que as minas, mas isso nem sempre é verdade - especialmente em se tratando de submunições.

Áreas urbanas

A palavra "campo minado" dá a idéia de um ambiente rural, no entanto, alguns dos campos

minados mais difíceis e perigosos estão em áreas urbanas. Na maioria dos casos a presença de prédios, muros, cercas, serviços aéreos e subterrâneos, caminhos e estradas tornam impossível o uso de equipamentos mecânicos. Esses obstáculos - com seu alto conteúdo metálico, espaços vazios, campos elétricos e magnéticos - também inviabilizam o uso da maioria das técnicas de detecção automática. No interior dos edifícios, onde praticamente qualquer tipo de armadilha pode ter sido utilizada, as técnicas de remoção se parecem mais com os procedimentos antiterroristas do que com a desminagem tradicional. No Afeganistão, o desabamento dos prédios e a subsequente reminagem criaram camadas de minas - às vezes com vários pés de profundidade.

Outra consideração importante é a infraestrutura - ou a sua falta. Os serviços existentes de comunicações e conserto são bastante limitados em muitos dos países em desenvolvimento com altas concentrações de minas. Supõe-se também que as estradas e ferrovias estejam geralmente disponíveis para o movimento de equipamentos pesados, mas, em algumas regiões, as rotas se tornaram praticamente intransitáveis. Mesmo onde ainda existem pistas apropriadas, poucas pontes podem agüentar mais do que caminhões leves. Boa mobilidade, condições de sobrevivência e sustentabilidade são, portanto, considerações fundamentais para os equipamentos de desminagem em regiões remotas.

RESUMO

Cada um dos problemas encontrados durante a remoção de minas pode complicar a tarefa de modo significativo - e a relação esboçada aqui está longe de ser completa. Infelizmente, em cada área do mundo real, vários problemas tendem a se sobrepôr, resultando em um emaranhado complexo e imprevisível de minas, ANDs e detonadores, quase sempre em terreno difícil e repleto de obstáculos naturais e colocados pelo homem. Nunca haverá uma única solução, porque não existe um único problema.

Considerando-se as dificuldades práticas enfrentadas pelos operadores de desminagem, conclui-se que grande parte da tecnologia em desenvolvimento terá, na melhor das hipóteses, aplicação limitada. Infelizmente, algumas pesquisas têm sido tão mal conduzidas que o esforço tem sido totalmente desperdiçado. A detecção de minas com conteúdo mínimo de metal, vista por muitos como o Santo Graal da desminagem, é meramente um dos muitos problemas, e a limpeza de solo plano e acessível é geralmente feita sem rodeios. Enquanto isso, as minas acima do solo, os detonadores, os declives íngremes, a vegetação cerrada e os obstáculos aquáticos raramente fazem parte dos locais de teste de equipamentos e áreas de demonstração.

Um dos maiores obstáculos para o aperfeiçoamento da desminagem tem sido a simplificação demasiada resultante de preconceitos profundamente arraigados. Por fim, existe alguma comunicação eficaz entre as comunidades científicas e operacionais para garantir que os problemas sejam claramente articulados e as soluções potenciais sejam realistas. Nunca haverá uma solução simples e universal para a desminagem, mas pode haver aperfeiçoamento contínuo dos equipamentos e das técnicas. Entender que a ameaça das minas envolve muito mais do que pequenos objetos de plástico enterrados em gramados é fundamental ao processo. ●

As opiniões expressas neste artigo não refletem necessariamente a posição nem as políticas do governo dos EUA.

AFEGANISTÃO: UM MODELO DE AÇÃO CONTRA MINAS TERRESTRES

Este artigo e os dois a seguir analisam o problema das minas terrestres no Afeganistão, Camboja e Moçambique e a contribuição dos Estados Unidos para ajudar a eliminá-las. Os artigos foram preparados por Hayden Roberts da divisão de Remoção e Redução de Armas do Escritório de Assuntos Políticos e Militares do Departamento de Estado dos Estados Unidos. Roberts observa que o uso indiscriminado de minas terrestres persistentes (minas que não se autodestroem nem autodesativam) no Afeganistão deixou o país possivelmente com o maior nível de contaminação por minas do mundo. Desde 1988, os Estados Unidos vêm ajudando o país na remoção desse legado mórbido, treinando a população para evitar minas terrestres e oferecendo assistência aos sobreviventes de acidentes com esses artefatos.

O PROBLEMA DAS MINAS TERRESTRES

O Afeganistão é um dos países mais seriamente afetados por minas terrestres do mundo. O uso indiscriminado de minas persistentes por mais de duas décadas por vários exércitos e facções tem sido um dos aspectos mais desumanos dos conflitos no Afeganistão. A contaminação por minas atinge quase todas as regiões - mais de 1.500 vilas em 27 das 29 províncias do país tinham problemas relacionados com minas em 2002, segundo a Organização das Nações Unidas. Embora a ONU avalie que o país esteja infestado com 5 a 7 milhões de minas terrestres, algumas organizações não-governamentais (ONGs) afirmam que, com base em suas experiências de limpeza de áreas minadas, a avaliação das Nações Unidas está superestimada. De qualquer forma, o Afeganistão continua seriamente afetado. As áreas mais seriamente comprometidas são as províncias nas fronteiras com Irã e Paquistão. As minas estão localizadas em terras agrícolas, canais de irrigação e pastos, bem como em estradas e áreas comerciais e residenciais. As minas terrestres também circundam as principais cidades, os aeroportos, os edifícios do governo e as instalações de distribuição de energia. As estimativas são de 150 incidentes por mês provocados por minas terrestres.

Em outubro de 1988, após exame minucioso da grande ameaça das minas terrestres causada pela ocupação soviética do país, os Estados Unidos começaram a dar assistência à desminagem com a criação de um programa abrangente para remoção de minas. Esse programa, que foi praticamente assumido pelo Serviço de Ação contra Minas das Nações Unidas (UNMAS), Programa de Ação contra Minas do Afeganistão (MAPA), é o maior e mais eficiente esforço de desminagem do mundo e seu efetivo é quase totalmente composto por afegãos. O uso de administradores e empregados locais pelo MAPA, a transparência de suas operações e sua diversificada fonte de recursos serviram de exemplo a outros programas de desminagem humanitária mundo afora. A assistência por meio do MAPA e de outros órgãos continuou quando os Estados Unidos criaram o Programa Humanitário Antiminas dos Estados Unidos (hoje denominado em caráter oficial de Programa de Ação Humanitária e de Combate às Minas) em outubro de 1993.

PARCERIAS DOS EUA

A ação contra minas dos EUA no Afeganistão é feita de forma direta e também por meio da ONU. Empresas contratadas e ONGs fornecem capacitação técnica, treinamento e orientação geral para operações de desminagem no país. O objetivo principal tem sido limpar e recuperar a

terra para devolvê-la ao uso produtivo, criar um ambiente seguro para a atividade de reconstrução e orientar a população em geral sobre o perigo das minas terrestres.

Desde 1993, os Estados Unidos concederam aproximadamente US\$ 51 milhões em fundos para a ação humanitária contra minas no Afeganistão. Essa assistência tem subsidiado programas de capacitação sobre os riscos das minas, marcação dos locais de minas terrestres, treinamento de pessoal para a desminagem, remoção de minas, assistência a sobreviventes de acidentes com minas, equipamentos e cães treinados para detectar minas. O Afeganistão é atualmente o maior receptor do mundo da assistência para a ação contra minas do governo dos EUA. No ano fiscal de 2003, quase 17% das verbas governamentais para ações contra minas do mundo (US\$ 8,3 milhões de US\$ 49 milhões) foram para o Afeganistão. O Fundo Leahy para as Vítimas de Guerra, administrado pela Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), concedeu US\$ 1 milhão em assistência a programas de reintegração sócio-econômica de sobreviventes e mutilados e treinamento de técnicos em ortopedia afegãos. Os Estados Unidos concederam um contrato de US\$ 2,3 milhões à RONCO para capacitar as ONGs locais em técnicas antiminas, financiar o MAPA e dar treinamento sobre descarte de artefatos explosivos (EODs). A HALO Trust, uma organização sem fins lucrativos especialista em desminagem, recebeu US\$ 2,1 milhões para operações de remoção de minas e a UNMAS US\$ 2,6 milhões para subsidiar ONGs locais que trabalham no Afeganistão. Atualmente o Departamento de Estado está fornecendo pessoal qualificado e experiente para ajudar o MAPA e administrar a transmissão de conhecimento e a capacitação da Agência de Desminagem do Afeganistão (DAFA) e de outras ONGs apoiadas pelo MAPA. O Departamento de Estado também está fornecendo equipamento limitado ao MAPA.

Além disso, o Departamento de Estado incentiva associações civis norte-americanas e estrangeiras, organizações não-governamentais, instituições de caridade e empresas a colaborar com parcerias entre os

setores público e privado para fortalecer a ação humanitária contra minas no mundo inteiro. Uma ONG sediada na Califórnia chamada Roots of Peace, usa dinheiro doado por empresas e até mesmo por crianças das escolas dos EUA para ajudar equipes de desminagem no Vale Shomali do Afeganistão. A Roots of Peace está levando seu bom trabalho avante apoiando o replantio de uvas e de outras frutas pelas quais o Vale já foi famoso para que seus agricultores possam voltar a ter meios de sustento próprio.

PREOCUPAÇÕES DO PROGRAMA

No final de 2002, o MAPA expandiu suas operações para 253 grupos de remoção de minas empregando mais de 7 mil afegãos. Entretanto, a segurança tornou-se uma preocupação constante. Muitas operações para remoção de minas no Afeganistão têm se limitado à área de Kandahar. Em 8 de maio de 2003, após vários ataques a equipes de desminagem, o Centro de Ação da ONU contra Minas suspendeu as atividades em trechos da estrada entre Cabul e Kandahar e após novo ataque em meados de maio, comunicou que a equipe que atuava em seis províncias viajaria com escoltas armadas cedidas pelas autoridades locais para garantir sua segurança. Apesar das preocupações com a segurança, as operações foram retomadas.

REALIZAÇÕES DOS EUA

O apoio dos EUA à ação humanitária contra minas no Afeganistão apenas em 2002 possibilitou que mais de 1,8 milhão de refugiados e pessoas deslocadas no país voltassem para suas casas. Além disso, os 23.825.611m² de áreas de alta prioridade que foram limpas no primeiro trimestre de 2002 permitiram ao MAPA empregar mais de 9.200 agricultores e trabalhadores da indústria. As receitas da agricultura (avaliada em US\$ 14,2 milhões) e da produção pecuária (avaliada em US\$ 43,4 milhões) aumentaram.

Em 2002 e 2003, operações de desminagem da Halo Trust cobriram uma vasta área geográfica removendo milhares de minas dos campos. Durante o mês de junho de 2003, as equipes de desminagem trabalharam nas províncias de

Cabul, Parwan, Baghlan, Balkh, Kunduz e Takhar removendo um total de 11.608 minas. Uma área de 1.015,129m² foi limpa por equipes manuais e 279.688m² por equipes mecânicas. Além disso, foram inspecionados 1.335,748m². Em junho de 2003, os Estados Unidos auxiliaram na destruição de mais de 10 mil minas antitanques na província de Kandahar no Afeganistão. Essas minas terrestres estavam em um local de suprimento de munição sem segurança onde os terroristas tinham acesso ao material explosivo. Equipes da RONCO, DAFA e da Handicap International (Bélgica) destruíram as minas em nove dias.

Também houve progresso na desminagem do projeto de construção da estrada Cabul-Kandahar. Com fundos de doadores internacionais, entre eles EUA e ONU, organizações não-governamentais também criaram vários programas de capacitação e campanhas para orientação sobre os riscos de minas em diversas áreas. Resumindo, todos os lugares conhecidos e acessíveis afetados por munições não detonadas durante a Operação Liberdade Duradoura foram inspecionados e estão agora sendo limpos. 

CAMBOJA: REDUÇÃO DE INCIDENTES, RETORNO DA TERRA AO USO PRODUTIVO

O PROBLEMA DAS MINAS TERRESTRES

Trinta anos de conflitos associados a agitação política, guerras e disputas internacionais por fronteiras fizeram do Camboja um dos países mais gravemente afetados por minas terrestres e artefatos não detonados (ANDs). Todos os meses são divulgados de 60 a 70 acidentes atribuídos a minas - uma das mais altas taxas em todo o mundo. As minas terrestres e os ANDs são responsáveis por mais de 30 mil vítimas em todo o país, e em 2002 98% dos incidentes com minas divulgados envolveram civis. O Centro Cambojano de Ação Antiminas (Cambodian Mine Action Center - CMAC) estima que 2 mil km² do solo cambojano estejam comprometidos com um número aproximado de um milhão de minas terrestres e informa que 45,5% das 6.422 aldeias inspecionadas estão afetadas por minas e ANDs.

O Noroeste, a área com maior concentração de minas, é responsável pelo maior número de incidentes e, portanto, de máxima prioridade para o trabalho de desminagem. Além disso, duas províncias no centro e no sul, contêm grandes áreas com suspeita de campos minados. As minas terrestres constituem ameaças de longo prazo ao desenvolvimento socioeconômico, limitando as oportunidades de subsistência dos cambojanos em áreas rurais, dificultando e tornando perigoso o acesso aos recursos e meios essenciais como água, estradas, pontes e terra cultivável. Algumas das regiões minadas do Camboja estão ainda à espera do início das atividades de remoção. A melhor estimativa é que o programa precisará de no mínimo 5 anos de apoio dos Estados Unidos e de outras nações doadoras antes de atingir efetivamente a autocapacitação técnica, operacional e financeira.

PARCERIAS COM OS EUA

O Camboja já recebeu mais de US\$ 31 milhões dos EUA desde 1993 em assistência à desminagem humanitária. Esses recursos fizeram aumentar a ajuda financeira do Fundo das Nações Unidas para o Programa de Desenvolvimento e de outros doadores internacionais, permitindo ao Camboja obter equipamentos e treinamento necessários às ações de desminagem. A maior parte dos recursos para remoção de minas foi revertida ao CMAC, ao Fundo Halo (organização não-governamental norte-americana de remoção de minas) e ao Grupo de Aconselhamento sobre Minas (Mines Advisory Group - MAG). Só em 2003 os Estados Unidos forneceram cerca de US\$ 3,2 milhões para a desminagem humanitária a essas organizações, direcionados a operações no Camboja.

PREOCUPAÇÕES DO PROGRAMA

Embora o programa de desminagem humanitária no Camboja esteja amadurecido, o número de vítimas das minas permanece inaceitavelmente alto. A taxa de diminuição de incidentes, impressionante nos primeiros anos do programa, não baixou nos últimos três anos. Esse fato pode ser explicado pelos recursos inadequados destinados à capacitação em controle de riscos de minas, pelo crescimento da população e pelos novos assentamentos de cambojanos deslocados internamente e de refugiados que retornam, entre outros fatores. O CMAC tentará reverter essa tendência nos próximos anos, por meio do aumento de programas de capacitação em controle de riscos.

A suficiência de recursos sempre foi um problema. A crise financeira que se abateu sobre o Camboja há três anos obrigou o programa de desminagem a demitir grande parte de seus funcionários. Embora esse

problema tenha sido em grande parte solucionado, a continuidade do financiamento de longo prazo é de grande preocupação. Os Estados Unidos têm exercido forte papel de liderança na captação de doações internacionais diretamente ao CMAC. Os Estados Unidos também fazem questão de que as empresas locais monitorem a garantia da qualidade das atividades do CMAC.

REALIZAÇÕES

O programa de ações antiminas do governo dos Estados Unidos no Camboja busca reduzir os incidentes com civis, criar condições para o retorno de refugiados e das pessoas deslocadas aos seus lares, reforçar a estabilidade e motivar a cooperação e participação internacional. O programa tem alcançado essas metas por meio do apoio a muitas iniciativas de ações antiminas. Além do treinamento e fornecimento de equipamento à população local, várias organizações de desminagem como CMAC, Fundo HALO, MAG e RCAF (Forças Armadas Reais do Camboja), em parceria com os Estados Unidos, desobstruíram um total de 122 milhões de metros de solo no Camboja.

Segundo o Relatório de 2003 do Monitor de Minas Terrestres, 25% das vítimas de minas sofreram amputação. A Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) investiu mais de US\$ 7 milhões no Camboja em programas de fornecimento de próteses e reabilitação aos sobreviventes de acidentes com minas. Desde 1996 os recursos da USAID não só possibilitaram aos programas de fornecimento de próteses e reabilitação a ajudar na capacidade motora de quase 10 mil vítimas de

minas terrestres e outras pessoas fisicamente incapacitadas, como também financiaram o Conselho de Ação em prol dos Mutilados, órgão semi-independente autorizado pelo governo cambojano a supervisionar todos os programas voltados às pessoas fisicamente incapazes.

De maio de 2001 a abril de 2003, os recursos do governo dos Estados Unidos viabilizaram a destruição de 2.500 minas terrestres e a desobstrução de aproximadamente 2,7 mil km² de solo. Além disso, a ajuda dos EUA patrocinou a aquisição de equipamentos de desminagem e de proteção pessoal, treinamento de equipes de desminagem manual e pesquisas sobre o impacto causado pelas minas terrestres. Os EUA forneceram recursos para a compra de equipamento pesado, inclusive tratores, cortadores de vegetação e minimanguais, e continuam a ajudar grandemente na desminagem, acelerando o ritmo de suas atividades em 60%. A meta primordial do programa dos EUA no Camboja continua a ser o desenvolvimento da capacitação dos nativos para os requisitos de desobstrução do solo.

Entretanto, o verdadeiro alcance das operações de remoção de minas no Camboja vai muito além da extensão total de terra desobstruída. O benefício real deve ser medido em números de cambojanos que recuperaram o acesso seguro à terra para reassentamento rural e produção. A terra antes semeada por minas terrestres persistentes pode agora ser usada para agricultura, estradas, centros de saúde e escolas, em benefício de todo o país. 🌍

MOÇAMBIQUE: RECONSTRUÇÃO DE VIDAS E DE INFRA-ESTRUTURA

O PROBLEMA DAS MINAS TERRESTRES

Moçambique vivenciou 26 anos de conflito, inclusive uma guerra pela independência e uma guerra civil, que deixaram o país impregnado de minas terrestres que não se autodestroem, chamadas de minas "persistentes". Ignora-se o número exato de minas, porém as estimativas chegam a um milhão. Várias organizações não-governamentais (ONGs) especialistas em ação contra minas argumentam que essa estimativa é alta e poderia ser reduzida, mas a falta de registros de localização de minas torna impossível obter um número mais exato.

Embora as minas terrestres sejam um problema em todas as 10 províncias de Moçambique, as regiões de maior concentração são as do norte. Praticamente todas as áreas do país passaram por situações socioeconômicas negativas em consequência das minas. Essas "assassinatas ocultas" são uma ameaça à saúde pública, impedem o desenvolvimento econômico e causam um impacto prejudicial à agricultura. As minas terrestres persistentes também dificultam a instalação de sistemas de abastecimento de água à população moçambicana. Entretanto, essa ameaça aos seres humanos está se tornando administrável e o governo dos EUA pretende continuar a apoiar os esforços de ações contra minas até que Moçambique consiga um ambiente isento de áreas minadas, previsto hoje para 2009. Há projetos para que a limpeza de lugares de alto e médio impacto seja concluída até 2006.

PARCERIAS DOS EUA

Os Estados Unidos, trabalhando com ONGs e em parceria com outros doadores, têm apoiado a ação contra minas em Moçambique e têm sido o maior doador, com uma contribuição de

mais de US\$ 33 milhões para ajuda à desminagem humanitária do país desde 1992, quando a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e o Escritório de População, Refugiados e Migração do Departamento de Estado (PRM) apoiaram operações de remoção de minas como parte do Projeto para Desmobilização e Reintegração. A USAID continua a dedicar-se a programas de geração de receita rural em províncias agrícolas na região centro-norte do país onde se concentram 55% da população do país. A agência contribuiu com US\$ 4 milhões para ajudar a remover minas ao longo de 2.400 quilômetros de estradas, facilitando a recuperação de terras agricultáveis após a guerra. Além disso, desembolsou US\$ 1,2 milhão para financiar, juntamente com a Holanda, operações do Fundo Halo de remoção de minas na província de Nampula. O Fundo Leahy para as Vítimas de Guerra patrocinado pela USAID está contratando a Ajuda e Educação Mundial em Próteses e Órteses (Prosthetic and Orthotic Worldwide Education and Relief - POWER), uma organização não-governamental, para assessorar o governo moçambicano na produção e manutenção de próteses. Até agora, mais de 7 mil amputados (70% da população amputada) tiveram suas deficiências compensadas com próteses fabricadas nas oficinas da POWER em Maputo.

Entre 2000 e 2002, só o Departamento de Estado contribuiu com cerca de 15% dos donativos anuais para financiamento à ação antiminas em Moçambique, inclusive com a doação de cães rastreadores de minas para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Programa de Desminagem Acelerado (ADP); equipamentos e programas de treinamento para funcionários da sede do Instituto Nacional de Desminagem (IND) e operações de limpeza do Fundo Halo em duas províncias. Por solicitação do IND, o Departamento de Estado contratou a empresa

RONCO para a execução de desminagem de alta prioridade sob orientação do IND, incluindo a limpeza da Ferrovia de Sena, entre Beira e a fronteira de Malawi. A recuperação dessa ferrovia abriu grandes áreas no Vale do Rio Zambezi, fundamental ao desenvolvimento de províncias centrais para a exportação de produtos agrícolas e minerais para Beira, segunda maior cidade e maior porto do país. Além disso, o Departamento de Estado, em parceria com o Japão, contribuiu com US\$ 1 milhão para o projeto de desminagem da Represa de Massingir, essencial à estratégia de desenvolvimento total da nação. A represa tem capacidade para fornecer energia elétrica para a região e irrigar nove milhões de metros quadrados de terras.

Atualmente os Estados Unidos ajudam o Fundo Halo na limpeza das províncias de Cabo Delgado e Zambezia. A desminagem dessas províncias facilitará o comércio transfronteiriço com a Tanzânia e favorecerá o desenvolvimento agrícola. A recuperação de Cabo Delgado e Zambezia também melhorará a renda e a segurança alimentar dos agricultores. Além disso, os Estados Unidos oferecem programas de treinamento e de reciclagem de ação contra minas e equipamento para brigadas militares de desminagem de Moçambique, sendo o único país a fazê-lo.

PROBLEMAS DO PROGRAMA

O Programa de Ação Humanitária de Desminagem em Moçambique enfrentou sérios problemas em fevereiro de 2000 quando dois furacões provocaram sérias inundações e deslocamentos de minas. Mediante solicitação do IND, o Departamento de Estado financiou a RONCO para tratar do problema.

Em 28 de junho de 2002, Leonardo Santos Simão, ministro dos Negócios Estrangeiros e

Cooperação e Sharon P. Wilkinson, embaixador dos EUA, firmaram um acordo oficial criando a unidade de desminagem de resposta mais rápida do mundo - a Força de Desminagem de Ação Rápida (Quick Reaction Demining Force - QRDF) a ser sediada em Moçambique. Essa unidade está disponível para atendimento imediato a situações de crise em qualquer parte do mundo e já se mobilizou para atender solicitações no Sri Lanka, assim como no Sudão e no Iraque. A QRDF é atualmente composta de quatro destacamentos com 10 operadores em cada um e oito cães rastreadores de minas. Todos os membros das equipes são moçambicanos que mantêm suas habilidades profissionais bem afinadas na desminagem da sua terra natal em meio a atendimentos de emergência em outros países.

REALIZAÇÕES DOS EUA

Em 2002, as operações de limpeza de minas da ONG patrocinada pelos EUA removeram mais de 17 mil minas terrestres e limpam mais de 14 milhões de metros quadrados de terra. Foram abertos mais de 4.500 quilômetros de estradas, inclusive 2.400 quilômetros nas províncias de Sofal, Manica e Zambezia, reintegrando cerca de um milhão de pessoas às suas terras e às suas comunidades. As taxas de incidentes em Moçambique estão diminuindo, o que prova que os programas de capacitação em controle de riscos de minas funciona. Em 2002, foram relatados 47 casos de vítimas de minas terrestres, uma redução de 58% dos 80 casos relatados em 2001. Cinquenta mil pessoas ganharam acesso a recursos naturais antes inacessíveis. O apoio dos EUA para limpar as províncias do norte está ajudando a melhorar as condições de segurança para a população local e, junto com projetos da USAID, possibilitando que os habitantes aumentem suas rendas. ☺



SERVIÇO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AÇÕES CONTRA MINAS

O Serviço das Nações Unidas para Ações contra Minas (United Nations Mine Action Service - UNMAS) foi criado em 1997 para centralizar as ações da ONU contra minas. O UNMAS é responsável pela condução de todos os aspectos dessas ações dentro do sistema das Nações Unidas, inclusive pela assistência às operações de emergência e manutenção da paz.

O UNMAS opera nas seguintes áreas:

- Desenvolvimento e coordenação de políticas, o que envolve a elaboração de diretrizes e estratégias para todos os assuntos relacionados a minas, em consulta às partes interessadas, inclusive organizações não-governamentais (ONGs)
- Avaliação e monitoramento de questões envolvendo minas terrestres/artefatos não detonados (ANDs) nos países afetados e definição dos requisitos para assistência internacional. Vários tipos de missões de monitoramento e pesquisa foram empreendidos em apoio a esse compromisso.
- Gerenciamento da informação por meio do desenvolvimento da Rede Eletrônica de Informação sobre Minas, conhecida como E-MINE (veja abaixo), e do apoio ao desenvolvimento continuado do Sistema de Gerenciamento da Informação para Ações contra Minas (Information Management System for Mine Action - IMSMA) pelo Centro Internacional de Genebra para a Desminagem Humanitária (Geneva International Centre for Humanitarian Demining - GICHD). Esse sistema está em uso em cada vez mais países e programas, fornecendo uma ferramenta eficiente na coordenação da informação sobre o problema de minas terrestres, seja esse local, nacional ou regional.
- Gerenciamento da qualidade e tecnologia por meio do desenvolvimento, manutenção e incentivo de normas técnicas e de segurança para ações antiminas (veja

abaixo as Normas Internacionais de Ações Contra Minas) em parceria com o GICHD.

- Implementação de processos de defesa e convenções. O UNMAS é um ativo defensor tanto da Convenção sobre a Proibição de Minas Antipessoal quanto do Protocolo II Emendado da Convenção sobre Armas Convencionais (Convention on Conventional Weapons - CCW).
- Captação de Recursos. A maior parte das atividades de ações antiminas da ONU é financiada pelas contribuições voluntárias. Como elemento centralizador das ações contra minas da ONU, o UNMAS coordena os esforços de captação de recursos e gerencia o Fundo Voluntário para Assistência a Ações contra Minas (Voluntary Trust Fund for Assistance in Mine Action - VTF). Ele lança anualmente um Portfólio de Projetos voltados a Minas, que descreve a extensa lista de programas e projetos dessas ações, subvencionados pelas várias entidades do sistema da ONU, com o intuito de captar contribuições voluntárias necessárias para a implementação bem-sucedida dos mesmos.

NORMAS INTERNACIONAIS DE AÇÕES CONTRA MINAS

O UNMAS é o escritório da Secretaria das Nações Unidas responsável pela elaboração e manutenção das Normas Internacionais de Ações contra Minas (IMAS). Essas normas estabelecem os princípios que devem ser seguidos para melhorar a segurança e eficiência dos programas de ações contra minas. As normas só entram em vigor quando adotadas por um programa no país. Os governos de países afetados por problemas com minas podem adaptar as normas para que atendam os requisitos, regras e códigos de prática nacionais. Os doadores podem usar as normas como requisitos contratuais mínimos na alocação de recursos para projetos e programas de ações contra minas, e a ONU e as ONGs podem usar as normas e diretrizes internacionais

para a implementação segura e eficiente de ações contra minas no campo.

As primeiras Normas Internacionais para Operações de Desminagem Humanitária foram emitidas pelo UNMAS em nome da ONU, em março de 1997. Em 1999, o Centro Internacional de Genebra para a Desminagem Humanitária (GICHD) foi designado pela ONU para revisar essas normas, levando em consideração as lições aprendidas e novos procedimentos. O resultado dessa tarefa culminou na publicação das Normas Internacionais de Ações Contra Minas em outubro de 2001. Elas estão em conformidade com vários regulamentos, convenções e tratados internacionais, em especial com a Convenção sobre a Proibição de Minas Antipessoal e o Protocolo II Emendado da CCW. As normas irão gradualmente cobrir áreas de ações contra minas não ainda abordadas como informação sobre o risco de minas, remoção mecânica e detecção de minas por cães.

O SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA INFORMAÇÃO PARA AÇÕES CONTRA MINAS E A REDE ELETRÔNICA DE INFORMAÇÃO SOBRE MINAS

O gerenciamento da informação é o aspecto central das ações contra minas. É vital em razão da grande abrangência do problema com minas terrestres e o número de questões e organizações envolvidas. O UNMAS é responsável pela coordenação da captação, análise e disseminação da informação relacionada a minas terrestres e pelo desenvolvimento de sistemas de gerenciamento da informação sobre ações contra minas. O órgão firmou contrato de colaboração com o GICHD como apoio a esse compromisso e para desenvolver um Sistema de Gerenciamento da Informação para Ações contra Minas (IMSMA) voltado a programas no campo. No contrato, o GICHD é responsável pelo desenvolvimento do software do IMSMA, sua implementação e treinamento no campo, suporte técnico e gerenciamento do projeto. O UNMAS é responsável pelo fornecimento de orientação ao Centro para a definição da política, abrangência, conteúdo, funcionalidade e requisitos de alocação do IMSMA.

Outra ferramenta importante do gerenciamento da informação é a Rede Eletrônica de Informação sobre Minas (E-MINE). A E-MINE é um website público de acesso gratuito dentro do www.mineaction.org. O site foi projetado para apoiar operações no campo por meio da disseminação de informações técnicas e documentos e da coordenação e captação de recursos.

PLANO DE RESPOSTA RÁPIDA

Nas situações humanitárias e operações de manutenção da paz, o UNMAS é responsável por assegurar a resposta coordenada da ONU às ações contra minas. Essa operação normalmente requer a alocação imediata de pessoal, seguida de equipamentos, para assegurar a eficiência da coordenação da resposta. O UNMAS vem desenvolvendo, juntamente com outras agências da ONU, ONGs e outros parceiros, um Plano de Resposta Rápida, projetado para atender situações de emergência e outros cenários onde seja necessária a capacitação para a rápida alocação de pessoal, equipamento e ação contra minas.

PAÍSES/REGIÕES APOIADOS PELO UNMAS

O UNMAS coopera com todos os departamentos e agências da ONU no que diz respeito a emergências humanitárias e operações de manutenção da paz, em especial com o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), o Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e o UNOPS (UN Office for Project Services - Escritório de Serviços de Projetos das Nações Unidas) e com várias ONGs nacionais e internacionais especializadas em ações contra minas. O UNMAS gerenciou, em parceria com o UNOPS, o bem-sucedido programa em Kosovo, desde seu início em 1999 até sua conclusão em dezembro de 2001.

Desde janeiro de 2003, o UNMAS vem apoiando ações contra minas no Afeganistão, na República Democrática do Congo, na Zona de Segurança Temporária entre a Etiópia e a Eritreia, em Kosovo (RFI), no sul do Líbano e na ex-República Iugoslava da Macedônia. ●

Fonte: Página na internet do Serviço de Ação Antiminas da ONU no site www.mineaction.org.



BIBLIOGRAFIA

O Departamento de Estado dos EUA não assume responsabilidade pelo conteúdo e disponibilidade dos recursos relacionados abaixo; tal responsabilidade cabe apenas aos provedores.

Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional. PATRICK J. LEAHY WAR VICTIMS FUND: PORTFOLIO SYNOPSIS [FUNDO PATRICK J. LEAHY PARA VÍTIMAS DE GUERRA: SINÓPSE DO PORTFÓLIO]. Washington: The Agency, 2002. 71p.

Bell, Martin; Gallimore, Andrew; Monin, Lydia. THE DEVIL'S GARDENS: A HISTORY OF LANDMINES [JARDINS DO DIABO: UMA HISTÓRIA DE MINAS TERRESTRES]. Londres: Pimlico, 2002. 234p.

Bloomfield, Lincoln P., Jr. DETRITUS OF CONFLICT: THE U.S. APPROACH TO THE HUMANITARIAN PROBLEM POSED BY LANDMINES AND OTHER HAZARDOUS REMNANTS OF WAR [RESTOS DE CONFLITO: ABORDAGEM NORTE-AMERICANA DO PROBLEMA HUMANITÁRIO REPRESENTADO POR MINAS TERRESTRES E OUTROS RESÍDUOS DE GUERRA] (*Seton Hall Journal of Diplomacy and International Relations*, vol. 4, n^o 1, 2^o trimestre de 2003, pp. 27-41)

Campanha Internacional de Proibição de Minas Terrestres. LANDMINE MONITOR REPORT 2003: TOWARD A MINE-FREE WORLD [RELATÓRIO DO MONITOR DE MINAS TERRESTRES 2003: RUMO A UM MUNDO SEM MINAS]. Washington: The Campaign, 2003. 826p.

Centro Internacional de Genebra para a Desminagem Humanitária. A GUIDE TO MINE ACTION: UNDERSTANDING LANDMINES AND UNEXPLODED ORDNANCE [GUIA PARA AÇÃO CONTRA MINAS: INFORMAÇÕES SOBRE MINAS TERRESTRES E ARTEFATOS NÃO DETONADOS]. Genebra: The Center, 2003. 209p.

Comissão Nacional sobre Política Externa Norte-Americana. LANDMINES: CLEARING THE WAY [MINAS TERRESTRES: LIMPANDO O CAMINHO]. St. James, NY: Huntington Associates, 2002.

Comitê Internacional da Cruz Vermelha. MINE ACTION 2002: SPECIAL REPORT [AÇÃO CONTRA MINAS 2002: RELATÓRIO ESPECIAL]. Genebra: The Committee, 2003. 54p.

Departamento de Defesa dos EUA. ORDATA II: ENHANCED INTERNATIONAL DEMINERS' GUIDE TO UXO IDENTIFICATION, RECOVERY, AND DISPOSAL [ORDATA II: GUIA APERFEIÇADO DO OPERADOR INTERNACIONAL DE DESMINAGEM PARA IDENTIFICAÇÃO, RECUPERAÇÃO E DESCARTE DE ANDs]. Indian Head, MD: Divisão de Tecnologia de Descarte de Artefatos Navais Explosivos, 2000.

Departamento de Estado dos EUA. HIDDEN KILLERS: THE WORLD'S LANDMINE PROBLEM [ASSASSINAS OCULTAS: O PROBLEMA MUNDIAL DAS MINAS TERRESTRES]. Washington: The Department, 2001. 11p.

Departamento de Estado dos EUA. TO WALK THE EARTH IN SAFETY: THE UNITED STATES COMMITMENT TO HUMANITARIAN DEMINING [CAMINHAR COM SEGURANÇA NA TERRA: O COMPROMISSO DOS EUA COM A DESMINAGEM HUMANITÁRIA]. Washington: The Department, setembro de 2002. 62p.

Horwood, Christopher. IDEOLOGICAL AND ANALYTICAL FOUNDATIONS OF MINE ACTION: HUMAN RIGHTS AND COMMUNITY IMPACT [FUNDAMENTOS IDEOLÓGICOS E ANALÍTICOS DA AÇÃO CONTRA MINAS: DIREITOS HUMANOS E IMPACTO NA COMUNIDADE] (*Third World Quarterly: Journal of Emerging Areas*, vol. 24, n^o 5, outubro de 2003, pp. 939-954)

King, Colin, editor. JANE'S MINES AND MINE CLEARANCE: YEARBOOK 2003-2004 [LIVRO DO ANO 2003-2004 DA JANE'S MINES AND MINE CLEARANCE]. Coulsdon, RU; Alexandria, VA: Jane's Information Group, 2003.

Lange, Jenny. THE U.S. HUMANITARIAN MINE ACTION PROGRAM IN IRAQ [PROGRAMA HUMANITÁRIO DE AÇÃO CONTRA MINAS DOS EUA NO IRAQUE] (*Journal of Mine Action*, n^o 7.2, agosto de 2003, pp. 73-75)

MacDonald, Jacqueline et al. ALTERNATIVES FOR LANDMINE DETECTION [ALTERNATIVAS PARA

DETECÇÃO DE MINAS TERRESTRES]. Santa Mônica, CA: RAND, 2003. 336p.

Mansfield, Ian. THE ROLE OF THE MILITARY IN MINE ACTION [PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS NA AÇÃO CONTRA MINAS] (*Disarmament Forum: Disarmament, Development and Mine Action*, nº 3, 2003, pp. 35-42)

PARTNERS FIND STATE DEPARTMENT SUPPORT HELPFUL [PARCEIROS CONSIDERAM ÚTIL O APOIO DO DEPARTAMENTO DE ESTADO] (*Mine Action Messenger*, vol. 1, nº 1, agosto de 2003, p. 1)

Peartree, C. Edward; Slack, Michael D. DESTROYING EXCESS SMALL ARMS: UNITED STATES POLICY AND PROGRAMS [ELIMINAÇÃO DO EXCESSO DE ARMAS LEVES: POLÍTICA E PROGRAMAS DOS EUA] (*The DISAM Journal of International Security Assistance Management*, vol. 25, nº 1 e 2, 4º trimestre de 2002/1º trimestre de 2003, pp. 94-97)

Serviço de Ação Antiminas da ONU. LANDMINES: THE WORLD TAKES ACTION [MINAS TERRESTRES: O MUNDO ENTRA EM AÇÃO]. New York: The Service, 2002.

Spun, Brandon. LANDMINES STILL WAITING TO EXPLODE [MINAS TERRESTRES À ESPERA PARA EXPLODIR] (*Insight on the News*, vol. 18, nº 20, 3 de junho de 2002, pp. 24-25)

Troth, Jeff. DEMINING OMAN: THIRD U.S. ARMY SOLDIERS HELP MAKE THE NATION SAFER [DESMINAGEM DE OMÃ: SOLDADOS DO TERCEIRO EXÉRCITO DOS EUA AJUDAM A TORNAR A NAÇÃO MAIS SEGURA] (*Engineer*, vol. 32, nº 1, fevereiro de 2002, pp. 30-31)

SITES PRINCIPAIS NA INTERNET

O Departamento de Estado dos EUA não assume responsabilidade pelo conteúdo e disponibilidade dos recursos relacionados abaixo; tal responsabilidade cabe apenas aos provedores.

SITES DO GOVERNO DOS EUA

Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional - Assistência Humanitária:
Fundo Leahy para as Vítimas de Guerra
http://www.usaid.gov/our_work/humanitarian_assistance/the_funds/lwvf/index.html

Centros de Controle e Prevenção de Doenças dos EUA: Prevenção contra Ferimentos por Minas Terrestres
<http://www.cdc.gov/programs/global3.htm>

Departamento de Defesa dos EUA - Agência de Cooperação para Defesa da Segurança: Escritório de Assistência Humanitária e Ação contra Minas
<http://www.dsca.osd.mil/programs/HA/HA.htm>

Departamento de Defesa dos EUA - Centro de Treinamento para Desminagem Humanitária: Programas Humanitários de Ação contra Minas dos EUA
<http://www.wood.army.mil/hdtdc/ushma.html>

Departamento de Defesa dos EUA - Escritório de Assuntos Políticos e Militares: Escritório de Remoção e Redução de Armas
<http://www.state.gov/t/pm/wra/>

SITES QUE NÃO PERTENCEM AO GOVERNO DOS EUA

Adote um Campo Minado - EUA/ONU
<http://www.landmines.org/>

CARE - Minas Terrestres: a Ameaça Oculta
http://www.careusa.org/newsroom/specialreports/land_mines/index.asp

Centro de Informação sobre Ações contra Minas da Universidade James Madison
<http://maic.jmu.edu/>

Centro de Luta contra Minas Terrestres
<http://www.lsce98.8m.com/lsce98/index.html>

Centro Internacional de Genebra para a Desminagem Humanitária
<http://www.gichd.ch/>

Clear Path International
<http://www.clearpathinternational.org/>

Comitê Internacional da Cruz Vermelha: Minas Terrestres
<http://www.icrc.org/eng/mines>

Fundação Ásia
<http://www.asiafoundation.org/>

Fundo Halo
<http://www.halotrust.org/>

Fundo Parceria para a Paz da Otan
<http://www.nato.int/pfp/trust-fund.htm>

Instituto Humpty Dumpty: Ação contra Minas
<http://www.humptydumpty.net/nmag.asp>

Instituto Legado de Marshall
<http://www.marshall-legacy.org/index.html>

OneWorld.net: Minas Terrestres
<http://www.oneworld.net/article/archive/97/>

Operação Minas Terrestres: um Projeto da Operation USA
<http://www.opusa.org/oplandmine.html>

Rede de Sobreviventes de Minas Terrestres
<http://www.landminesurvivors.org/>

Rotary Internacional: Rotarianos Discutem Formas de Abordar o Flagelo das Minas Terrestres
<http://www.rotary.org/newsroom/newsbasket/2002/021002/>

Serviço de Ação Antiminas da ONU: E-Mine
<http://www.mineaction.org/>



A G E N D A

DA POLÍTICA EXTERNA DOS EUA

VOLUME 9

REVISTA ELETRÔNICA DO DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA

NÚMERO 1



PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VIDAS

PROGRAMA DOS EUA PARA REMOÇÃO DE MINAS TERRESTRES

Janeiro de 2004